



CONTAS



CONTAS 2015

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE I - CONTAS CONSOLIDADAS 2015	5
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	7
• Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2015	8
• Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	9
• Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	10
• Demonstração de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	11
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	12
• Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	13
Nota 1. Informação geral	13
Nota 2. Principais políticas contabilísticas	13
Nota 3. Política de gestão do risco financeiro	21
Nota 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes	24
Nota 5. Atividade por segmentos	26
Nota 6. Empresas incluídas na consolidação	27
Nota 7. Ativos fixos tangíveis	28
Nota 8. Ativos intangíveis	30
Nota 9. Investimentos em empresas associadas	31
Nota 10. Ativos financ. ao justo valor através de resultados	32
Nota 11. Ativos e passivos por impostos diferidos	33
Nota 12. Inventários	34
Nota 13. Instrumentos financeiros por categoria	34
Nota 14. Clientes e outras contas a receber	35
Nota 15. Acréscimos de proveitos	36
Nota 16. Instrumentos financeiros derivados	36
Nota 17. Outros ativos correntes	37
Nota 18. Investimentos detidos até à maturidade	37
Nota 19. Caixa e equivalentes a caixa	37
Nota 20. Capital Social, prémios de emissão, ações próprias e opções sobre ações	38
Nota 21. Reservas e resultados acumulados	39
Nota 22. Interesses que não controlam	39
Nota 23. Empréstimos	39
Nota 24. Provisões	41
Nota 25. Outros passivos não correntes	41
Nota 26. Fornecedores e outras contas a pagar	41
Nota 27. Proveitos diferidos e outros passivos correntes	42
Nota 28. Fornecimentos e serviços externos	42
Nota 29. Gastos com o pessoal	42
Nota 30. Outros ganhos e perdas líquidos	43
Nota 31. Amortizações e depreciações	43
Nota 32. Proveitos financeiros	43
Nota 33. Custos financeiros	44
Nota 34. Perdas em associadas	44
Nota 35. Imposto sobre o rendimento	44
Nota 36. Resultados por ação	45
Nota 37. Dividendos por ação	45
Nota 38. Compromissos	46
Nota 39. Partes relacionadas	46
Nota 40. Contingências	47
Nota 41. Informações adicionais exigidas por diplomas legais	47
Nota 42. Eventos subsequentes ao fim do exercício	47
II. RELATÓRIOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM	49
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal - Contas Consolidadas	51
• Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	53
III. Membros do Conselho de Administração e Valores Mobiliários detidos por Órgãos Sociais	57
• Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e por Sociedades com as quais a Novabase S.G.P.S. tem relação de domínio ou de grupo, detidos por titulares de órgãos sociais da Novabase S.G.P.S.	59

PARTE II - CONTAS INDIVIDUAIS 2015	61
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	63
• Demonstração da Posição Financeira Individual em 31 de dezembro de 2015	64
• Demonstração Individual dos Resultados e Outro Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	65
• Demonstração de Alterações aos Capitais Próprios Individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	66
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	67
• Notas às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015	68
Nota 1. Informação geral	68
Nota 2. Principais políticas contabilísticas	68
Nota 3. Política de gestão do risco financeiro	73
Nota 4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes	75
Nota 5. Ativos fixos tangíveis	76
Nota 6. Investimentos financeiros	77
Nota 7. Ativos e passivos por impostos diferidos	77
Nota 8. Instrumentos financeiros por categoria	78
Nota 9. Clientes e outras contas a receber	79
Nota 10. Caixa e equivalentes a caixa	79
Nota 11. Capital Social, prémios de emissão, ações próprias e opções sobre ações	80
Nota 12. Reservas e resultados acumulados	81
Nota 13. Empréstimos	81
Nota 14. Fornecedores e outras contas a pagar	82
Nota 15. Provisões	82
Nota 16. Fornecimentos e serviços externos	83
Nota 17. Gastos com o pessoal	83
Nota 18. Outros ganhos e perdas líquidos	83
Nota 19. Depreciações	83
Nota 20. Proveitos financeiros	83
Nota 21. Custos financeiros	84
Nota 22. Imposto sobre o rendimento	84
Nota 23. Dividendos por ação	84
Nota 24. Compromissos	85
Nota 25. Partes relacionadas	85
Nota 26. Contingências	88
Nota 27. Informações adicionais exigidas por diplomas legais	88
Nota 28. Eventos subsequentes ao fim do exercício	88
II. RELATÓRIOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM	89
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal - Contas Individuais	91
• Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	93
PARTE III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	97
• Declaração do Conselho de Administração	99

CONTAS CONSOLIDADAS 2015

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	31.12.15	31.12.14 reexpresso (*)	01.01.14 reexpresso (*)
Ativo				
Ativos Não Correntes				
Ativos fixos tangíveis	7	9.704	5.570	6.120
Ativos intangíveis	8	29.304	30.663	32.095
Investimentos em empresas associadas	9	621	871	961
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	10	3.165	1.544	1.256
Investimentos detidos até à maturidade	18	4.554	-	-
Ativos por impostos diferidos	11	16.352	17.228	14.901
Outros ativos não correntes	39	7.478	7.770	4.868
Total de Ativos Não Correntes		71.178	63.646	60.201
Ativos Correntes				
Inventários	12	2.824	4.943	8.925
Clientes e outras contas a receber	14	94.519	91.645	87.975
Acréscimos de proveitos	15	21.592	22.047	12.421
Imposto sobre o rendimento a receber		2.479	2.223	2.236
Instrumentos financeiros derivados	16	168	88	514
Outros ativos correntes	17	4.743	5.148	4.470
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	5.015
Investimentos detidos até à maturidade	18	845	-	-
Caixa e equivalentes a caixa	19	24.293	20.714	32.942
Total de Ativos Correntes		151.463	146.808	154.498
Total do Ativo		222.641	210.454	214.699
Capitais Próprios				
Capital social	20	15.701	15.701	15.701
Ações próprias	20	(6)	(29)	(295)
Prémios de emissão	20	43.560	43.560	43.560
Reservas e resultados acumulados		14.792	18.813	18.076
Resultado líquido		7.425	3.112	7.510
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas		81.472	81.157	84.552
Interesses que não controlam	22	8.194	11.855	10.946
Total dos Capitais Próprios		89.666	93.012	95.498
Passivo				
Passivos Não Correntes				
Empréstimos	23	19.634	9.989	14.031
Provisões	24	11.497	9.894	10.642
Passivos por impostos diferidos	11	-	-	100
Outros passivos não correntes	25	271	70	70
Total de Passivos Não Correntes		31.402	19.953	24.843
Passivos Correntes				
Empréstimos	23	5.568	6.418	7.353
Fornecedores e outras contas a pagar	26	58.200	59.117	61.764
Imposto sobre o rendimento a pagar		24	967	89
Instrumentos financeiros derivados	16	160	1.323	77
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	27	37.621	29.664	24.755
Total de Passivos Correntes		101.573	97.489	94.038
Passivos das operações descontinuadas		-	-	320
Total do Passivo		132.975	117.442	119.201
Total dos Capitais Próprios e Passivo		222.641	210.454	214.699

(*) Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	12 M *	
		31.12.15	31.12.14
Operações em continuação			
Vendas	5	63.445	67.811
Prestação de serviços	5	168.147	153.044
Custo das vendas	12	(55.525)	(61.854)
Fornecimentos e serviços externos	28	(67.959)	(59.898)
Gastos com o pessoal	29	(89.695)	(86.305)
Custos reestruturação		-	(1.522)
Outros ganhos e perdas líquidos	30	(3.497)	1.861
Amortizações e depreciações	31	(5.348)	(5.917)
Resultados Operacionais		9.568	7.220
Proveitos financeiros	32	9.140	1.830
Custos financeiros	33	(8.357)	(3.505)
Perdas em associadas	34	(200)	(90)
Resultados Antes de Impostos		10.151	5.455
Imposto sobre o rendimento	35	(1.745)	(857)
Resultados das operações em continuação		8.406	4.598
Operações descontinuadas			
Resultados das operações descontinuadas	5	-	211
Resultado Líquido		8.406	4.809
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas		7.425	3.112
Interesses que não controlam	22	981	1.697
		8.406	4.809
Resultado por ação das operações em continuação e descontinuadas atribuível aos acionistas (Euros por ação)			
Resultado por ação básico			
Das operações em continuação	36	0,24 Euros	0,09 Euros
Das operações descontinuadas	36	Zero Euros	0,01 Euros
Do resultado líquido	36	0,24 Euros	0,10 Euros
Resultado por ação diluído			
Das operações em continuação	36	0,24 Euros	0,09 Euros
Das operações descontinuadas	36	Zero Euros	0,01 Euros
Do resultado líquido	36	0,24 Euros	0,10 Euros

12 M * - período de 12 meses findo em

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

Nota	12 M *	
	31.12.15	31.12.14
Resultado Líquido	8.406	4.809
Outro rendimento integral		
Diferença cambial de operações estrangeiras	(9.139)	398
Outro rendimento integral	(9.139)	398
Rendimento integral total no exercício	(733)	5.207
Rendimento integral atribuível a:		
Acionistas	1.901	2.920
Interesses que não controlam	(2.634)	2.287
	(733)	5.207

12 M * - período de 12 meses findo em

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

Nota	Atribuível aos acionistas						Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
	Capital social	Ações próprias	Prêmios de emissão	Reservas legais	Res. rel. a opções s/ ações	Res. livres e resultados acumulados		
Saldos em 1 de janeiro de 2014	15.701	(295)	43.560	3.140	326	27.800	11.522	101.754
Reexpressão de acordo com a IAS 8	2	-	-	-	-	(5.680)	(576)	(6.256)
Saldos reexpressos em 1 de janeiro de 2014	15.701	(295)	43.560	3.140	326	22.120	10.946	95.498
Resultado líquido		-	-	-	-	3.112	1.697	4.809
Outro rendimento integral no exercício						(192)	590	398
Rendimento integral total no exercício		-	-	-	-	2.920	2.287	5.207
Transações com acionistas								
Pagamento de dividendos	21, 22	-	-	-	-	(6.269)	(1.394)	(7.663)
Compra e venda de ações próprias	20	-	(20)	-	-	(132)	-	(152)
Pagam. baseados ações - exercício das opções	20	-	286	-	-	(278)	(8)	-
Pagamentos baseados em ações	20, 29	-	-	-	-	106	-	106
Variação do perímetro de consolidação	22	-	-	-	-	-	16	16
Transações com acionistas		-	266	-	-	(172)	(6.409)	(1.378)
Alterações na participação de subsidiárias que não resultam em perda de controle								
Transações com interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.701	(29)	43.560	3.140	154	18.631	11.855	93.012
Saldos em 1 de janeiro de 2015	15.701	(29)	43.560	3.140	154	18.631	11.855	93.012
Resultado líquido		-	-	-	-	7.425	981	8.406
Outro rendimento integral no exercício						(5.524)	(3.615)	(9.139)
Rendimento integral total no exercício		-	-	-	-	1.901	(2.634)	(733)
Transações com acionistas								
Pagamento de dividendos	21, 22	-	-	-	-	(936)	(1.036)	(1.972)
Compra e venda de ações próprias	20	-	(141)	-	-	(525)	-	(666)
Pag. baseados ações - exercício das opções	20	-	164	-	-	(170)	6	-
Pagamentos baseados em ações	20, 29	-	-	-	-	16	-	16
Variação do perímetro de consolidação	22	-	-	-	-	-	9	9
Transações com acionistas		-	23	-	-	(154)	(1.455)	(1.027)
Alterações na participação de subsidiárias que não resultam em perda de controle								
Transações com interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.701	(6)	43.560	3.140	-	19.077	8.194	89.666

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas às demonstrações financeiras consolidadas

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

		12 M *	
		31.12.15	31.12.14
	Nota		
Atividades Operacionais			
		223.177	207.596
		(205.211)	(205.982)
		17.966	1.614
		(1.680)	(586)
		1.525	(2.396)
		(155)	(2.982)
		17.811	(1.368)
Atividades de Investimento			
Recebimentos:			
		1.270	2.479
		139	3.343
	18	-	10.034
		241	20
		435	660
		2.085	16.536
Pagamentos:			
		(152)	(286)
		(2.000)	(2.902)
		(2.364)	-
	18	(5.958)	(5.019)
		(1.490)	(1.102)
		(1.585)	(2.033)
		(13.549)	(11.342)
		(11.464)	5.194
Atividades de Financiamento			
Recebimentos:			
		19.921	3.100
		-	35
		19.921	3.135
Pagamentos:			
		(15.478)	(8.389)
	21, 22	(1.342)	(7.663)
		(1.166)	(1.336)
		(1.098)	(1.339)
	20	(778)	(392)
		(19.862)	(19.119)
		59	(15.984)
		20.714	32.942
		6.406	(12.158)
		(2.827)	(70)
	19	24.293	20.714

12 M * - período de 12 meses findo em

(i) 2014: NBMSIT, Sist. De Inf. E Tecnol., S.A. (Moçambique).

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

1. Informação geral

A Novabase, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (adiante designada por Novabase ou Grupo), com sede na Avenida D. João II, nº 34, Parque das Nações, 1998-031 Lisboa, Portugal, tem como objeto a gestão de participações sociais em outras empresas como forma indireta de exercício de atividade económica, sendo a "Holding" do Grupo Novabase.

A atividade da Novabase está organizada em 3 segmentos de negócio:

(i) Business Solutions (BS) - Esta área da Novabase agrega um conjunto de competências com capacidade tecnológica, de gestão, de design e de negócio.

(ii) Infrastructures & Managed Services (IMS) - Esta área está especializada em Soluções de Engenharia e na Gestão do IT, mas com foco nos Serviços Continuados de Operação, Manutenção e Gestão e com destaque para áreas de Outsourcing de Infra-estruturas.

(iii) Venture Capital (VC) - Esta área desenvolve uma atividade de capital de risco através da Novabase Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., que tem como principal objetivo identificar e ajudar a desenvolver projetos empresariais portugueses de TICs, ainda embrionários ou em expansão, que apresentem um elevado potencial de valorização em sinergia com a Novabase.

A Novabase está cotada na Euronext Lisbon.

O capital social é composto por 31.401.394 ações (2014: 31.401.394 ações), tendo todas as ações o valor nominal de 0,5 Euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2016. É opinião do Conselho de Administração que elas refletem de forma apropriada as operações do Grupo Novabase, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

2. Principais políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o Grupo reapreciou as suas provisões à luz dos recentes entendimentos do IFRS Interpretations Committee, segundo os quais, na mensuração dos seus riscos e incertezas, as empresas deverão apurar a melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respectivas probabilidades associadas. Conforme previsto pelo IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, esta alteração foi aplicada retrospectivamente e, conseqüentemente, foram efetuadas alterações à Demonstração da Posição Financeira Consolidada com referência a 1 de janeiro de 2014, tendo sido reexpressada a informação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos são os seguintes:

Demonstração da Posição Financeira em 1 de janeiro de 2014:

	<u>Publicado</u>	<u>Alteração</u>	<u>Reexpresso</u>
Ativo			
Total do Ativo	214.699	-	214.699
Capitais Próprios			
Reservas e resultados acumulados	23.756	(5.680)	18.076
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas	90.232	(5.680)	84.552
Interesses que não controlam	11.522	(576)	10.946
Total do Capital Próprio	101.754	(6.256)	95.498
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Provisões	4.386	6.256	10.642
Total de Passivos Não Correntes	18.587	6.256	24.843
Total do Passivo	112.945	6.256	119.201
Total do Capital Próprio e do Passivo	214.699	-	214.699

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014:

	<u>Publicado</u>	<u>Alteração</u>	<u>Reexpresso</u>
Ativo			
Total do Ativo	<u>210.454</u>	<u>-</u>	<u>210.454</u>
Capital Próprio			
Reservas e resultados acumulados	<u>24.493</u>	<u>(5.680)</u>	<u>18.813</u>
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas	<u>86.837</u>	<u>(5.680)</u>	<u>81.157</u>
Interesses que não controlam	<u>12.431</u>	<u>(576)</u>	<u>11.855</u>
Total do Capital Próprio	<u>99.268</u>	<u>(6.256)</u>	<u>93.012</u>
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Provisões	<u>3.638</u>	<u>6.256</u>	<u>9.894</u>
Total de Passivos Não Correntes	<u>13.697</u>	<u>6.256</u>	<u>19.953</u>
Total do Passivo	<u>111.186</u>	<u>6.256</u>	<u>117.442</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>210.454</u>	<u>-</u>	<u>210.454</u>

As principais políticas contábilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas contábilísticas foram aplicadas de maneira consistente nos períodos refletidos nestas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da Novabase foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor a 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros (m€).

Novas normas, interpretações e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem depois de 1 de janeiro de 2015, e que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente

Não se espera que alguma norma, interpretação ou alteração a norma existente, de aplicação não obrigatória neste exercício e não aplicada antecipadamente, terá impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo, com exceção das seguintes normas para as quais se está a avaliar esse impacto:

- **IAS 1 (alteração)**, 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contábilísticas.
- **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. O Grupo irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2012-2014 no período em que se tornarem efetivas.
- **IFRS 15 (nova)**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos".

As demonstrações financeiras consolidadas da Novabase foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tomando por base o princípio do custo histórico exceto no que respeita aos 'Ativos financ. ao justo valor através de resultados' e 'Instrumentos financeiros derivados', que se encontram registados pelo seu justo valor (notas 10 e 16).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábilísticos anteriormente referidos requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como os valores reportados do rédito e das despesas incorridos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados atuais podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativas para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

É convicção do Conselho de Administração que as estimativas e pressupostos adotados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de dezembro de 2015, incluem os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da Novabase e das suas subsidiárias e associadas, as quais são apresentadas na nota 6.

(1) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (entidades estruturadas incluídas) sobre as quais o Grupo tem o poder de gerir as atividades relevantes, estando exposto a, ou tendo direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com essas entidades e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder sobre as mesmas, geralmente acompanhado de uma quota-parte de mais do que 50% dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que presentemente são aplicáveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla uma entidade. As subsidiárias são incluídas na consolidação, pelo método integral, desde a data em que o controle é transferido para o Grupo. As mesmas são excluídas da consolidação na data em que o controle termina.

É utilizado o método da aquisição na contabilização da aquisição de subsidiárias pelo Grupo. O custo de aquisição corresponde ao justo valor dos ativos entregues, ações emitidas e passivos assumidos à data de aquisição, e ao justo valor de qualquer participação detida anteriormente à aquisição do controle. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais são mensurados inicialmente ao seu justo valor na data de aquisição, independentemente de quaisquer interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição, do justo valor de qualquer participação detida anteriormente à aquisição do controle e do valor de interesses que não controlam, sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é registado como goodwill. Se o custo da aquisição, do justo valor de qualquer participação detida anteriormente à aquisição de controle e do valor de interesses que não controlam, for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. Remensurações subsequentes, não afetam goodwill.

As transações intra-grupo e os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(2) Transações com interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são direta, ou indiretamente, atribuíveis à Novabase. As transações com interesses que não controlam são tratadas como transações com detentores dos Capitais Próprios do Grupo.

Os interesses que não controlam reconhecidos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor dos ativos líquidos identificáveis da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Em qualquer aquisição de Interesses que não controlam, a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico das ações adquiridas é reconhecido nos Capitais Próprios. Os ganhos ou perdas nas vendas a Interesses que não controlam são reconhecidos nos Capitais Próprios.

Quando o Grupo deixa de ter controle ou influência significativa, qualquer participação residual nos Capitais Próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

(3) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não pode exercer o seu controle, geralmente acompanhado com uma quota-parte entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos ao custo. O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (líquido de perdas por imparidade) apurado na data de aquisição.

A quota-parte do Grupo nos resultados da sua associada após a aquisição é reconhecida como resultado do exercício. A sua quota-parte nos movimentos em reservas após aquisição é reconhecida em reservas. Os movimentos cumulativos após aquisição anteriormente descritos são ajustados por contrapartida do valor líquido do investimento em associadas. Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades adicionais ou tiver efetuado pagamentos em benefício da associada.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas de associadas são alteradas para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3. Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são apresentados de forma consistente com a estrutura de relato apresentada à Gestão.

Um segmento operacional é uma componente ou conjunto de componentes agregados do Grupo que desenvolvem uma atividade que obtém réditos e incorre em gastos, os seus resultados são revistos e acompanhados pela Gestão e para o qual existe informação financeira distinta.

A atividade do Grupo é monitorizada em 3 segmentos distintos: Business Solutions, IMS e Venture Capital. Para efeitos de preparação de informação, a Novabase S.G.P.S., a Novabase Consulting S.G.P.S., a NBASE S.G.P.S. e a Novabase Serviços (empresas que incluem a gestão de topo do Grupo e empresa que inclui os serviços partilhados do Grupo) são consideradas como partes integrantes do segmento operacional Business Solutions.

2.4. Transações em moedas estrangeiras

(1) Moeda funcional e de relato

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, são mensurados usando a moeda do principal ambiente económico no qual a empresa funciona (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de euros (m€). O Euro é a moeda funcional e de relato da empresa mãe.

(2) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação destas transações e da transposição no fim do ano dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos em resultados do exercício.

As diferenças de câmbio em ativos financeiros não monetários que constituem instrumentos de capital mensurados ao justo valor são incluídas no resultado do período e relatadas na demonstração dos resultados como parte de um ganho ou perda da flutuação de justo valor. As diferenças de câmbio em itens monetários são incluídas em outro rendimento integral e relatadas na demonstração do rendimento integral.

As principais cotações utilizadas à data de relato foram as seguintes:

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em		Taxa média	
	31.12.15	31.12.14	2015	2014
• Kwana de Angola (AOA)	174,7141	128,6326	138,3236	133,3070
• Metical de Moçambique (MZN)	49,3181	40,5024	37,3248	40,6593
• Lira turca (TRY)	3,1765	2,8320	3,2124	2,8320
• Dolar dos Estados Unidos da América (USD)	1,0887	1,2141	1,1125	1,3331
• Libra Esterlina do Reino Unido (GBP)	0,7340	0,7789	0,7288	0,8064

(3) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que têm uma moeda funcional diferente da moeda de relato, são transpostas para a moeda de relato como se segue:

- (i) ativos e passivos à data de relato são transpostos à taxa de câmbio de fecho em vigor na data de relato;
- (ii) proveitos e custos em resultados são transpostos às taxas de câmbio médias ponderadas (exceto se essa média não for uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas prevalecentes nas datas de transação, nesse caso os rendimentos e gastos são transpostos às datas de transação); e
- (iii) as diferenças cambiais reconhecidas são apresentadas na demonstração do rendimento integral.

Na consolidação, as diferenças cambiais provenientes da transposição de investimentos líquidos em entidades estrangeiras e de empréstimos e outros instrumentos cambiais, são registados em capitais próprios. Quando uma entidade estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados como parte do ganho ou perda na venda.

Os ajustamentos ao goodwill e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por edifícios e outras construções (obras efetuadas no Edifício Caribe onde a Empresa tem a sua sede e nas suas instalações da unidade de logística), equipamento básico e de transporte. Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas em resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as vidas úteis estimadas como se segue:

	N.º de anos
• Edifícios e outras construções	3 a 50
• Equipamento básico	3 a 4
• Equipamento de transporte	4
• Ferramentas e utensílios	4
• Equipamento administrativo	3 a 10

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de relato.

Quando a quantia registrada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registrado e são incluídos no resultado do exercício.

2.6. Ativos intangíveis

(1) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da quota-parte do Grupo nos ativos líquidos identificados da subsidiária/associada na data de aquisição. O goodwill apurado nas aquisições de subsidiárias é incluído na rubrica de 'Ativos intangíveis'. O goodwill apurado nas aquisições de associadas é incluído na rubrica de 'Investimentos em empresas associadas'.

O goodwill (tem um período de vida útil indeterminado), está registrado ao custo deduzido de perdas cumulativas por imparidade, sendo sujeito anualmente a um teste de imparidade, a realizar no segundo semestre do ano. É reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do goodwill excede o seu valor recuperável, sendo que as perdas por imparidade não são reversíveis. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor líquido do goodwill relativo à entidade alienada.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é associado a unidades geradoras de caixa. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que a Novabase opera: Business Solutions, IMS e Venture Capital. Para efeitos do teste de imparidade ao goodwill não afeto a estas unidades geradoras de caixa, foram identificadas unidades geradoras de caixa ao nível de cada uma das subsidiárias/associadas adquiridas.

(2) Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento interno de intangíveis são reconhecidas como um ativo intangível, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição ou de produção inclui o custo de aquisição dos ativos, acrescidos dos gastos com mão-de-obra direta ou serviços subcontratados para o efeito, bem como a quota-parte de custos fixos imputáveis à produção destes ativos.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes por períodos que variam entre 3 a 10 anos. Os intangíveis em curso desenvolvidos internamente são testados quanto à sua imparidade à data de relato.

(3) Propriedade industrial e outros direitos

Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade industrial e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas por um período entre 3 e 10 anos. As amortizações são calculadas usando o método das quotas constantes para alocar o custo da propriedade industrial e outros direitos às suas vidas úteis estimadas.

(4) Imobilizações em curso

Trata-se, essencialmente, de intangíveis relativos a projetos de desenvolvimento interno de software.

2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

A Novabase classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: (i) ativos financeiros ao justo valor por via de resultados, (ii) empréstimos e contas a receber, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) ativos financeiros detidos até à maturidade. A classificação depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos ou efetuados. A Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição.

(1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados

Um ativo financeiro ou passivo financeiro pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos é um ativo financeiro que, no momento do reconhecimento inicial, é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal-chave da gerência da entidade nessa base. O justo valor é calculado através do método de fluxos de caixa descontados, sendo as variações de justo valor entre exercícios incluídas em resultados no período em que ocorrem.

(2) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são ativos financeiros sem características de derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente relevados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo. Os devedores são incluídos no ativo corrente, exceto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como ativos não correntes. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de 'Clientes e outras contas a receber' e 'Acréscimos de proveitos' e no ativo não corrente na rubrica 'Outros ativos não correntes'.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de relato.

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao justo valor. Os ganhos e as perdas não realizados, provenientes de alterações nos justos valores de ativos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando estes ativos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sujeitos a perdas por imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos em resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de 'Proveitos financeiros', quando o direito a receber o pagamento é estabelecido.

Os justos valores de investimentos em empresas cotadas são baseados em preços de mercado correntes. Se não existir um mercado ativo para um ativo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

(4) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, e que o Grupo detém com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratados, e não de vender esses instrumentos no mercado.

2.8. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações e depreciações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os ativos sujeitos a amortização e depreciação são revistos anualmente para determinar se estão em imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso do valor contabilístico sobre o seu valor recuperável, que é definido como o mais alto entre o valor líquido de venda (líquido de custos de alienação do ativo) e o seu valor de uso. Para efeitos de avaliação de uma imparidade, os ativos são alocados ao nível do segmento em que se encontram, dado ser este o nível a que a Administração efetua a monitorização do seu investimento.

2.9. Imparidade de ativos financeiros

A Novabase analisa a cada data de relato se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

(1) Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida em resultados do exercício. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados, exceto se em períodos subsequentes o montante da perda por imparidade, decrescer fruto de eventos ocorridos após a data de registo da perda por imparidade.

(2) Clientes, devedores e outros ativos financeiros

No caso de outros ativos financeiros que apresentem indicadores objetivos de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor à data de relato do ativo financeiro) registadas por contrapartida de resultados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) análise de incumprimento;
- (ii) incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor à data de relato do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica 'Outros ganhos e perdas líquidos'. O valor à data de relato destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da mesma conta. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados na rubrica de 'Outros ganhos e perdas líquidos'.

2.10. Inventários

Os inventários incluem mercadorias, matérias-primas e subsidiárias e são registados ao menor entre o valor de custo e o seu valor realizável líquido. Para efeitos de valorização das saídas de armazém, o Grupo utiliza o custo médio ponderado.

No caso dos produtos acabados, intermédios e em curso, o custo de produção inclui custos das matérias-primas, custos com pessoal, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (baseada na capacidade operacional normal). Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as atividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

2.11. Clientes e devedores

O saldo de clientes e outros devedores respeita a valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo, no curso normal das suas atividades. São reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo, deduzidos de perdas de imparidade.

2.12. Caixa e equivalentes a caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades de três meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica de empréstimos bancários nos passivos correntes na demonstração da posição financeira.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções sobre ações da sociedade ou de empresas incluídas na consolidação são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções sobre ações, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a Empresa ou as suas subsidiárias adquirem ações próprias da Empresa mãe, estas são registadas ao custo de aquisição e o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são, subsequentemente, registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos de custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos em resultados durante o período dos empréstimos usando o método do juro efetivo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os custos com juros relativos a empréstimos obtidos são registados na rubrica de 'Custos financeiros' em resultados do exercício.

2.15. Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados consolidados do exercício, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade à data de relato, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento de ativos e passivos numa transação que não uma concentração de atividades empresariais, quando as mesmas não afetam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias em investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a anulação da diferença temporária seja controlada pelo Grupo e quando seja provável que a diferença temporária não seja anulada num futuro próximo.

2.16. Benefícios a empregados

Bónus

O Grupo estima um passivo e um custo por bónus, baseado numa fórmula que considera o resultado distribuível aos colaboradores depois de certos ajustamentos.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os colaboradores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Opções sobre ações

O Grupo tem por prática remunerar os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre ações, liquidado com base em instrumentos de capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um custo em resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelo colaborador. O valor total a registar como custo foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são as condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, a Empresa revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original em resultados por contrapartida de capital próprio.

2.17. Provisões

São constituídas provisões à data de relato sempre que: i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável. Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Quando existirem diversas obrigações semelhantes, a exigibilidade de redução da responsabilidade é determinada considerando a categoria das obrigações no conjunto. A provisão é reconhecida mesmo quando existe uma baixa probabilidade do pagamento relativo a cada um dos itens incluídos na mesma categoria de responsabilidade. A nota 24 dá informação sobre o tipo de provisões.

2.18. Fornecedores e credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com o pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

2.19. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da consideração recebida ou a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços decorrentes da atividade normal do Grupo. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos e depois de eliminadas as transações intra-grupo.

O Grupo reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o Grupo obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O Grupo baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

(a) Vendas de produtos

As vendas de produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo forneça produtos ao cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

A venda de software é normalmente efetuada sem direito de retorno, no entanto, caso haja alguma hipótese de devolução o Grupo estima à data de venda um montante para este tipo de retorno.

(b) Prestação de serviços

O rédito de projetos de consultoria em regime de 'time and materials' é reconhecido na data da prestação dos serviços.

O rédito de projetos de consultoria em regime de contrato fechado ('turn key'), é reconhecido através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, faturação contratada, e estimativas de custos a incorrer preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projeto, para conclusão dos mesmos. Desta forma, as rubricas de 'Acréscimos de proveitos' e 'Proveitos diferidos e outros passivos correntes' são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projeto no final do período de relato.

O rédito de projetos de outsourcing ou manutenção é reconhecido ao longo do período do contrato de forma linear, quando não existam atividades específicas e significativas previstas.

(c) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando existe o direito de os receber.

2.20. Subsídios

Os subsídios do Estado são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Novabase cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de desenvolvimento de novos produtos estão registados no passivo à data de relato, na rubrica de 'Proveitos diferidos e outros passivos correntes' e são reconhecidos em resultados de cada exercício pelo período de vida útil dos ativos financiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura dos custos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional e projetos de investigação de novos conhecimentos técnicos e científicos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os custos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

2.21. *Locações*

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados.

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a ativos tangíveis são registados como um ativo sempre que o Grupo assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação ao valor mais baixo entre o justo valor dos ativos tangíveis e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo (corrente e não corrente). O elemento de juro do custo financeiro é registado em resultados durante o período da locação para produzir uma taxa de juro periódica constante no saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos tangíveis adquiridos em locações financeiras são depreciados durante o mais curto entre a vida útil e o termo de locação.

2.22. *Instrumentos financeiros derivados*

A Novabase utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de câmbio a que está exposta. Os instrumentos financeiros utilizados são contratos "forwards". A Novabase não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento financeiro, obedecendo a normas definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Os instrumentos financeiros derivados são mensurados inicial e subsequentemente pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

(1) Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade, que é efetuada no início da designação e avaliada numa base contínua.

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas em outro rendimento integral na demonstração do rendimento integral. A componente ineficaz daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período.

Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento líquido e à respetiva operação de cobertura registada em outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício no momento da venda, liquidação ou descontinuação da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para serem designados como de cobertura, as variações de justo valor do derivado passam a ser reconhecidas em resultados.

(2) Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados, em resultados financeiros do período em que ocorrem.

2.23. *Distribuição de dividendos*

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

2.24. *Comparativos*

As demonstrações financeiras consolidadas do ano findo em 31 de dezembro de 2015, excepto quanto ao referido no início desta nota, são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com o ano de 2014, não tendo ocorrido alterações de políticas contabilísticas, face às utilizadas para efeitos de preparação da informação financeira do exercício anterior, apresentada para efeitos de comparativos.

3. Política de gestão do risco financeiro

O Grupo Novabase encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, nomeadamente, o Risco de taxa de câmbio, o Risco de fluxos de caixa e de justo valor, o Risco de crédito, o Risco de liquidez e o Risco de capital.

A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo, de forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira.

a) *Risco de taxa de câmbio*

O Grupo encontra-se exposto ao risco de flutuação cambial, sobretudo do dólar, do kwanza e do metical, dado que algumas subsidiárias efetuam transações nestas moedas.

O departamento financeiro é responsável pelo acompanhamento da evolução cambial das moedas referidas acima, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos resultados consolidados. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos financeiros derivados (ver nota 16).

A tabela seguinte apresenta a exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de dezembro com base nos valores dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

Em 31 de dezembro de 2014	Euro	Dolar	Kwanza	Metical	Outras	Total
Ativos						
Outros ativos não correntes	7.770	-	-	-	-	7.770
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	1.544	-	-	-	-	1.544
Clientes e outras contas a receber	65.174	6.807	11.110	2.311	194	85.596
Acréscimos de proveitos	20.673	-	1.177	197	-	22.047
Instrumentos financeiros derivados	88	-	-	-	-	88
Caixa e equivalentes a caixa	8.524	127	9.515	2.439	109	20.714
	<u>103.773</u>	<u>6.934</u>	<u>21.802</u>	<u>4.947</u>	<u>303</u>	<u>137.759</u>
Passivos						
Outros passivos não correntes	70	-	-	-	-	70
Empréstimos	16.407	-	-	-	-	16.407
Fornecedores e outras contas a pagar	45.223	8.539	4.079	1.276	-	59.117
Instrumentos financeiros derivados	1.323	-	-	-	-	1.323
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	26.116	-	1.190	2.358	-	29.664
	<u>89.139</u>	<u>8.539</u>	<u>5.269</u>	<u>3.634</u>	<u>-</u>	<u>106.581</u>
Em 31 de dezembro de 2015	Euro	Dolar	Kwanza	Metical	Outras	Total
Ativos						
Outros ativos não correntes	7.478	-	-	-	-	7.478
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	3.165	-	-	-	-	3.165
Investimentos detidos até à maturidade - não corr.	-	-	4.554	-	-	4.554
Clientes e outras contas a receber	64.773	9.596	11.081	4.716	3	90.169
Acréscimos de proveitos	20.862	-	572	158	-	21.592
Instrumentos financeiros derivados	168	-	-	-	-	168
Investimentos detidos até à maturidade - correntes	-	-	845	-	-	845
Caixa e equivalentes a caixa	13.906	156	6.242	3.808	181	24.293
	<u>110.352</u>	<u>9.752</u>	<u>23.294</u>	<u>8.682</u>	<u>184</u>	<u>152.264</u>
Passivos						
Outros passivos não correntes	271	-	-	-	-	271
Empréstimos	24.481	-	721	-	-	25.202
Fornecedores e outras contas a pagar	49.080	3.848	4.249	1.023	-	58.200
Instrumentos financeiros derivados	160	-	-	-	-	160
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	30.802	-	3.980	2.839	-	37.621
	<u>104.794</u>	<u>3.848</u>	<u>8.950</u>	<u>3.862</u>	<u>-</u>	<u>121.454</u>

A Novabase utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de 10% de reforço ou enfraquecimento em Euros versus outras moedas, das taxas aplicadas a 31 de dezembro de 2015 para cada classe de instrumento financeiro com todas as outras variáveis constantes. Esta análise tem apenas fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

Sob este pressuposto, com um fortalecimento ou enfraquecimento de 10% do Euro versus todas as taxas de câmbio, os lucros antes de impostos teriam aumentado ou diminuído, respetivamente, em 2.525m€ em 2015 (2014: 1.654m€).

b) *Risco de fluxos de caixa e de justo valor*

A exposição ao risco de taxa de juro da Novabase advém de aplicações em instituições financeiras e em obrigações, e empréstimos. Os empréstimos obtidos a taxas variáveis expõem a Novabase a risco de fluxos de caixa decorrente de variações na taxa de juro. Empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Novabase a risco de justo valor decorrente de variações na taxa de juro. Durante 2015, 20% dos empréstimos da Novabase eram a taxas fixas.

A Novabase utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata de 0,5% (50 basis points) em taxas de juro de mercado, das taxas aplicadas a 31 de dezembro de 2015 para cada classe de instrumento financeiro com todas as outras variáveis constantes. Esta análise tem apenas fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- (i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- (ii) Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- (iii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- (iv) Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, resultaria respetivamente, num aumento ou diminuição dos lucros antes de impostos de aproximadamente 13m€, em 2015 e num aumento ou diminuição, respetivamente, de cerca de 34m€, em 2014.

c) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito da Novabase é efetuada simultaneamente ao nível das unidades de negócios, para os montantes em dívida de clientes, e ao nível consolidado, para a globalidade das posições ativas dos instrumentos financeiros. O risco de crédito advém de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivados, e exposições de crédito a clientes, incluindo valores a receber e transações já acordadas. A nível de bancos e instituições financeiras, são apenas aceites entidades com credibilidade no sector. A gestão do risco de crédito dos clientes é efetuada com base em intervalos de limites de crédito, tendo por base a posição financeira do cliente e o histórico das relações comerciais com o cliente.

Em 31 de dezembro de 2015, os 60 clientes com maiores saldos devedores do Grupo representavam 84% do saldo total (2014: 83%).

Esses clientes distribuíam-se do seguinte modo por mercado geográfico:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Portugal	57%	65%
Espanha	1%	2%
Resto Europa	11%	7%
Médio Oriente	4%	3%
África	27%	23%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Esses clientes distribuíam-se do seguinte modo por setor de atividade:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Telecomunicações	38%	48%
Eletrónica de consumo	1%	2%
Serviços Financeiros	23%	20%
Transportes	1%	2%
Administração Pública	7%	6%
Tecnologias de Informação	14%	13%
Energia	9%	6%
Aeronáutica	-	1%
Outros	7%	2%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

De seguida, analisam-se os ratings atribuídos pela Moody's Investors Services às instituições financeiras com as quais o Grupo tem o maior saldo a 31 de dezembro de 2015 (excluindo instituições financeiras onde o saldo líquido é negativo):

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Ba2	4.598	-
Ba3	9.128	4.171
B1	2.658	2.323
B2	-	1.761
	<u>16.384</u>	<u>8.255</u>

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes, da existência de fontes de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições de mercado.

A Gestão monitoriza previsões atualizadas da reserva de liquidez do Grupo (linhas de crédito não utilizadas e caixa e equivalentes de caixa) na base dos fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e data esperada dos inflows dos ativos financeiros e tendo em consideração as restrições de transferência de capitais de Angola e de Moçambique. Adicionalmente, é efetuado um controlo regular sobre a concentração da maturidade dos empréstimos e obrigações do Grupo.

De seguida, detalham-se os plafonds dos empréstimos e do factoring negociados pelo Grupo Novabase:

	Empréstimos		
	Euro	Dolar	Kwanza
Novo Banco	7.000	2.500	-
Banco BPI (BPI)	13.000	-	-
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	5.000	-	-
Banco Santander Totta (Santander)	4.000	-	-
Barclays Bank (Barclays)	-	1.500	-
Banco de Fomento de Angola (BFA)	-	-	200.000
Banco Popular (Popular)	8.000	-	-
Banco BIC (BIC)	3.000	-	-
	<u>40.000</u>	<u>4.000</u>	<u>200.000</u>

e) *Risco de capital*

Os objetivos do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, são:

- (i) Salvar a capacidade do Grupo de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes stakeholders;
- (ii) Manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento do seu negócio;
- (iii) Manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

A Gestão monitoriza o rácio Return on Capital (ROC), que o Grupo define como 'Resultados Operacionais' dividido pelos 'Total dos Capitais Próprios', que mede até que ponto a Empresa gera cash flows relativamente ao capital que investiu no seu negócio.

	31.12.15	31.12.14
Resultados Operacionais	9.568	7.220
Total dos Capitais Próprios	<u>89.666</u>	<u>93.012</u> (*)
Return on Capital	10,7 %	7,8 %

(*) Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2

O Grupo tem como objetivo manter o ROC superior ao custo de capital (medido pelo WACC - weighted average cost of capital), o que permite ao Grupo criar valor. O WACC do Grupo, situou-se em torno dos 9,3% (2014: 10,6%). Em 2015, o objetivo foi alcançado.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e que adote pressupostos que afetam os ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data de relato das demonstrações financeiras, bem como os valores reportados do rédito e das despesas incorridos durante o período de relato, conseqüentemente os resultados futuros podem vir a ser diferentes dos estimados. As estimativas e julgamentos são avaliados de forma contínua e têm por base a experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se consideram serem razoáveis face às circunstâncias existentes.

Apresenta-se a seguir as estimativas e julgamentos mais relevantes utilizados na preparação destas demonstrações financeiras.

a) *Análise de imparidade do goodwill*

O Grupo Novabase testa anualmente, no segundo semestre de cada exercício económico, se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na nota 2.6. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas ao nível dos fluxos de caixa de cada unidade geradora de caixa, e a escolha de uma taxa de desconto e uma taxa de crescimento na perpetuidade adequadas (ver nota 8).

b) *Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor*

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos podem resultar numa alteração do justo valor reportado.

c) Impostos sobre o rendimento e Imposto diferido

O Grupo Novabase é sujeito à tributação em vários territórios, existindo, portanto, uma componente de julgamento quando se determina o cálculo da estimativa para impostos e a utilização dos ativos e passivos por impostos diferidos. Os ativos e passivos por impostos diferidos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

O Grupo reconhece ativos por impostos diferidos relativos a créditos fiscais obtidos no âmbito do SIFIDE com base em estimativas. O valor final destes créditos fiscais, apenas é conhecido em exercícios futuros com base na aprovação pelo organismo competente das candidaturas apresentadas pelo Grupo. Os montantes de créditos fiscais ainda não aprovados ascendem a 1.455m€ (2014: 1.553m€).

Quando o impacto fiscal é diferente dos montantes inicialmente registados, estas diferenças terão impacto no gasto de imposto sobre o rendimento e no imposto diferido, no período em que este cálculo é efetuado.

d) Rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo Novabase relativamente a projetos em regime de 'turn key' é feito com recurso a análises e estimativas da Gestão no que concerne ao desenvolvimento atual e futuro dos projetos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data pelos responsáveis técnicos de cada projeto. Eventuais alterações de estimativa iriam influenciar as rubricas de 'Acréscimos de proveitos' e de 'Proveitos diferidos e outros passivos correntes' na demonstração da posição financeira e 'Prestação de serviços' na demonstração dos resultados.

e) Garantias a clientes

O Grupo Novabase reconhece uma provisão para garantias no momento em que os produtos ou serviços são vendidos. Estas provisões são calculadas com base em informação histórica decorrente da experiência do Grupo, da frequência e custos médios relacionados com garantias acionadas pelos clientes. Eventuais alterações de estimativa poderão ser relevantes para as demonstrações financeiras do exercício seguinte, influenciando as rubricas de 'Provisões' no passivo e de 'Outros ganhos e perdas líquidos' em resultados.

f) Perdas por imparidade de clientes e devedores

A Gestão ajusta as perdas de imparidade de saldos de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes e devedores de efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade dos ajustamentos para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus balanços de recebimentos de clientes e a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas de imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

g) Perdas por imparidade de inventários

Devido a operar num mercado muito dinâmico, que está constantemente em mudança, o Grupo está exposto ao risco de perdas de imparidade dos seus inventários como resultado dessas mudanças no enquadramento económico. Para gerir este risco, o Grupo segue atentamente todos os desenvolvimentos do mercado, no sentido de identificar o possível impacto que estas alterações podem ter no seu negócio.

h) Bónus

O Grupo Novabase reconhece mensalmente uma estimativa de prémios e outras remunerações variáveis que tem em consideração os valores teóricos acordados com os colaboradores, o seguimento das taxas previstas de atingimento dos objetivos e a situação geral dos negócios da Empresa. A remuneração variável dos elementos do Conselho de Administração é determinada pela Comissão de Vencimentos com base na avaliação efetuada à performance do ano anterior. Desta forma, a estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de 'Fornecedores e outras contas a pagar', é preparada com base na melhor estimativa da Gestão face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte, após deliberação da Comissão de Vencimentos. Mais informação acerca da remuneração dos Administradores pode ser encontrada no ponto relativo à Remuneração, incluído no Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado.

5. Atividade por segmentos

As empresas que compõem cada um dos segmentos são apresentadas na nota 6. Para efeitos de preparação desta informação, a Novabase S.G.P.S., a Novabase Consulting S.G.P.S., a NBASE S.G.P.S. e a Novabase Serviços foram consideradas como parte integrante do segmento de Business Solutions.

	Business Solutions	IMS	Venture Capital	NOVABASE	Operações Descontin.
Em 31 de dezembro de 2014					
Vendas e p. serviços totais do segmento	177.444	132.440	5.571	315.455	-
Vendas e p. serviços intragrupo	72.388	20.970	1.242	94.600	-
Vendas e prestação de serviços	105.056	111.470	4.329	220.855	-
Amortizações e depreciações	(4.263)	(1.367)	(287)	(5.917)	-
Resultados Operacionais	2.988	3.009	1.223	7.220	211
Custo líquido de financiamento	(805)	(991)	121	(1.675)	-
Perdas em associadas (nota 34)	-	-	(90)	(90)	-
Imposto sobre o rendimento	702	(1.683)	124	(857)	-
Resultado das operações	2.885	335	1.378	4.598	211
Outras informações:					
Provisões	(283)	1.092	380	1.189	-
	Business Solutions	IMS	Venture Capital	NOVABASE	
Em 31 de dezembro de 2015					
Vendas e p. serviços totais do segmento	193.347	123.334	5.214	321.895	
Vendas e p. serviços intragrupo	70.747	18.919	637	90.303	
Vendas e prestação de serviços	122.600	104.415	4.577	231.592	
Amortizações e depreciações	(3.704)	(1.319)	(325)	(5.348)	
Resultados Operacionais	7.815	1.599	154	9.568	
Custo líquido de financiamento	(1.362)	2.270	(125)	783	
Perdas em associadas (nota 34)	-	-	(200)	(200)	
Imposto sobre o rendimento	(1.234)	(334)	(177)	(1.745)	
Resultado das operações	5.219	3.535	(348)	8.406	
Outras informações:					
Provisões	(1.842)	(1.920)	(60)	(3.822)	

6. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, à data de 31 de dezembro de 2015, eram as seguintes:

Empresa Holding e Empresas Subsidiárias	Principal local de negócios	Capital social 31.12.15	% participação do Grupo	
			31.12.15	31.12.14
Empresa-Mãe:				
Novabase S.G.P.S., S.A.	Portugal	€ 15.700.697	-	-
Business Solutions:				
Novabase Business Solutions, S.A.	Portugal	€ 3.466.000	100,0%	100,0%
NBO Recursos em TI, S.A.	Portugal	€ 50.000	100,0%	100,0%
Novabase Consulting SGPS, S.A.	Portugal	€ 11.629.475	100,0%	100,0%
Novabase E.A., S.A.	Portugal	€ 150.000	100,0%	100,0%
CellFocus, S.A.	Portugal	€ 100.000	55,0%	55,0%
Nbase International Investments B.V.	Holanda	€ 1.220.800	100,0%	100,0%
Novabase Solutions Middle East FZ-LLC	Dubai	€ 699.670	100,0%	100,0%
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Portugal	€ 3.000.000	100,0%	100,0%
Evolvespace Solutions, Lda.	Portugal	€ 5.000	100,0%	100,0%
Binómio, Lda.	Portugal	€ 2.626	100,0%	100,0%
NBMSIT, Sist. de Inf. e Tecnol., S.A.	Moçambique	8.235.000 MZN	74,0%	74,0%
Celfocus B. T. T. H. T. Limited Ş.	Turquia	100.000 TRY	55,0%	55,0%
NBASE SGPS	Portugal	€ 50.000	100,0%	-
Celfocus LTD	Reino Unido	15.000 GBP	55,0%	-
(i) Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	Espanha	€ 1.000.000	100,0%	100,0%
IMS:				
Novabase Infraestruturas, SGPS, S.A.	Portugal	€ 50.000	100,0%	100,0%
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	Portugal	€ 70.500	100,0%	100,0%
Novabase Infr. Integracion S. Inf., S.A.	Espanha	€ 120.202	100,0%	100,0%
(ii) NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	Angola	47.500.000 AOA	49,4%	49,4%
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	Portugal	€ 278.125	100,0%	100,0%
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	Portugal	€ 250.000	100,0%	100,0%
TVLab, S.A.	Portugal	€ 52.517	70,0%	70,0%
Venture Capital:				
Novabase Capital SGCR, S.A.	Portugal	€ 2.500.000	100,0%	100,0%
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	Portugal	€ 61.333	81,0%	81,0%
FCR NB Capital Inovação e Internacionalização	-	€ 11.360.000	51,6%	51,6%
Serviços Partilhados Novabase:				
Novabase Serviços, S.A.	Portugal	€ 250.000	100,0%	100,0%

(i) Em 2014, esta empresa estava considerada no segmento IMS.

(ii) A Novabase tem o controlo desta empresa, de acordo com o referido na nota 2.2, pelo que ela é consolidada pelo método integral.

As empresas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de dezembro de 2015, eram as seguintes:

Empresas associadas (ver nota 9)	Principal local de negócios	Capital social 31.12.15	% participação do Grupo		Cap. Próprios 31.12.15	Res. Líquido 31.12.15
			31.12.15	31.12.14		
Fundo Capital Risco NB Capital	Portugal	€ 7.142.857	30,0%	30,0%	2.108	(668)
(iii) Novabase Digital TV Technologies GmbH	Alemanha	Inf. indisponível	51,0%	51,0%	Inf. indisponível	Inf. indisponível

(iii) A Novabase não tem o controlo desta empresa, de acordo com o referido na nota 2.2, pelo que foi considerada associada.

Informação resumida sobre as subsidiárias com valor material de Interesses que não controlam (montantes antes das eliminações intra-grupo):

	NBMSIT		NBASIT		Celfocus		Collab	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<i>Balanço:</i>								
Total de Ativos Não Correntes	775	459	193	268	3.557	4.564	5.033	4.560
Total de Ativos Correntes	11.049	6.346	26.818	28.450	33.793	28.777	4.304	4.106
Total de Passivos Não Correntes	-	-	(144)	-	(1.795)	(963)	(1.564)	(773)
Total de Passivos Correntes	(13.527)	(7.663)	(29.860)	(25.977)	(23.786)	(20.392)	(1.780)	(2.117)
Ativo líquido	(1.703)	(858)	(2.993)	2.741	11.769	11.986	5.993	5.776
Ativo líq. atrib. INC	(522)	(221)	(2.382)	1.310	5.367	5.310	1.276	1.222
<i>Resultados:</i>								
Vendas e Prestação de serviços	9.815	4.947	23.119	27.485	50.603	42.428	4.334	4.086
Resultados Antes de Impostos	(1.888)	(654)	(8.020)	2.523	3.372	3.738	483	1.871
Imposto sobre o rendimento	567	118	2.634	(875)	(772)	(964)	(147)	181
Resultados das oper. continuação	(1.321)	(536)	(5.386)	1.648	2.600	2.774	336	2.052
Outro rendim. integ. exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendim. integ. total no exercício	(1.321)	(536)	(5.386)	1.648	2.600	2.774	336	2.052
Rendimento int. atrib. INC	(54)	(164)	88	429	1.225	1.248	86	505
<i>Fluxos de caixa:</i>								
Caixa e eq. início período	2.523	887	9.524	4.127	217	7.842	111	26
Caixa e eq. fim período	3.811	2.523	7.081	9.524	2.399	217	3	111
Variação de caixa equivalentes	1.288	1.636	(2.443)	5.397	2.182	(7.625)	(108)	85
Dividendos pagos a INC	-	-	412	-	624	1.394	-	-

7. Ativos fixos tangíveis

	31.12.15			31.12.14		
	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edifícios e outras construções	4.082	2.832	1.250	4.300	2.603	1.697
Equipamento básico	8.050	6.034	2.016	8.873	7.015	1.858
Equipamento de transporte	7.788	1.874	5.914	3.522	2.120	1.402
Equipamento administrativo	1.893	1.373	520	1.835	1.228	607
Outros ativos tangíveis	17	13	4	17	11	6
	21.830	12.126	9.704	18.547	12.977	5.570

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições		Dif. conv.	Saldo em
	01.01.14	/ dotações	Abates	cambial	31.12.14
<i>Custo:</i>					
Edifícios e outras construções	4.295	5	-	-	4.300
Equipamento básico	8.116	814	(65)	8	8.873
Equipamento de transporte	3.987	1.028	(1.538)	45	3.522
Equipamento administrativo	1.730	106	(4)	3	1.835
Outros ativos tangíveis	14	3	-	-	17
	18.142	1.956	(1.607)	56	18.547
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Edifícios e outras construções	2.195	408	-	-	2.603
Equipamento básico	6.092	971	(54)	6	7.015
Equipamento de transporte	2.661	891	(1.459)	27	2.120
Equipamento administrativo	1.066	163	(3)	2	1.228
Outros ativos tangíveis	8	3	-	-	11
	12.022	2.436	(1.516)	35	12.977

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições		Dif. conv.	Saldo em
	01.01.15	/ dotações	Abates	cambial	31.12.15
<i>Custo:</i>					
Edifícios e outras construções	4.300	75	(293)	-	4.082
Equipamento básico	8.873	1.193	(1.982)	(34)	8.050
Equipamento de transporte	3.522	5.585	(1.149)	(170)	7.788
Equipamento administrativo	1.835	85	(16)	(11)	1.893
Outros ativos tangíveis	17	1	-	(1)	17
	18.547	6.939	(3.440)	(216)	21.830
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Edifícios e outras construções	2.603	522	(293)	-	2.832
Equipamento básico	7.015	837	(1.789)	(29)	6.034
Equipamento de transporte	2.120	862	(972)	(136)	1.874
Equipamento administrativo	1.228	171	(14)	(12)	1.373
Outros ativos tangíveis	11	3	-	(1)	13
	12.977	2.395	(3.068)	(178)	12.126

As dotações de depreciações foram incluídas em 'Amortizações e depreciações' em resultados do exercício (nota 31).

8. Ativos intangíveis

	31.12.15			31.12.14		
	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Intangíveis desenvolvidos internamente	13.987	8.488	5.499	9.855	5.800	4.055
Propriedade industrial e outros direitos	11.169	11.103	66	11.189	10.872	317
Intangíveis em curso	-	-	-	2.562	-	2.562
Goodwill	23.739	-	23.739	23.729	-	23.729
	<u>48.895</u>	<u>19.591</u>	<u>29.304</u>	<u>47.335</u>	<u>16.672</u>	<u>30.663</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições	P. Imparidade	Transferências	Saldo em
	01.01.14	/ dotações	/ abates		31.12.14
<i>Custo:</i>					
Intangíveis desenvolvidos internamente	6.578	135	-	3.142	9.855
Propriedade industrial e outros direitos	11.133	35	-	21	11.189
Intangíveis em curso	3.862	1.863	-	(3.163)	2.562
Goodwill	23.713	16	-	-	23.729
	<u>45.286</u>	<u>2.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.335</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Intangíveis desenvolvidos internamente	2.976	2.824	-	-	5.800
Propriedade industrial e outros direitos	10.215	657	-	-	10.872
	<u>13.191</u>	<u>3.481</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.672</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições	P. Imparidade	Transferências	Saldo em
	01.01.15	/ dotações	/ abates		31.12.15
<i>Custo:</i>					
Intangíveis desenvolvidos internamente	9.855	1.111	-	3.021	13.987
Propriedade industrial e outros direitos	11.189	14	(34)	-	11.169
Intangíveis em curso	2.562	459	-	(3.021)	-
Goodwill	23.729	10	-	-	23.739
	<u>47.335</u>	<u>1.594</u>	<u>(34)</u>	<u>-</u>	<u>48.895</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Intangíveis desenvolvidos internamente	5.800	2.688	-	-	8.488
Propriedade industrial e outros direitos	10.872	265	(34)	-	11.103
	<u>16.672</u>	<u>2.953</u>	<u>(34)</u>	<u>-</u>	<u>19.591</u>

As dotações de amortizações foram incluídas em 'Amortizações e depreciações' em resultados do exercício (nota 31).

Na rubrica de 'Intangíveis desenvolvidos internamente', encontram-se relevados os custos incorridos no âmbito dos projetos, quer para desenvolvimento de programas informáticos, quer projetos de desenvolvimento de produtos em áreas específicas.

O valor do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto associado aos principais projetos ascendeu a 3,9M€ (2014: 6,7M€).

Foram efetuados testes de imparidade aos intangíveis em curso e concluiu-se não existir imparidade.

O movimento no **goodwill bruto** pode ser apresentado da seguinte forma:

	31.12.15	31.12.14
Saldo em 1 de janeiro	25.348	25.332
Goodwill da Celfocus UK e Turquia	10	16
Saldo em 31 de dezembro	<u>25.358</u>	<u>25.348</u>

O movimento na **imparidade do goodwill** pode ser apresentado da seguinte forma:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	(1.619)	(1.619)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.619)</u>	<u>(1.619)</u>

Teste de imparidade ao goodwill

O goodwill é alocado às Unidades Geradoras de Fluxos de Caixa (UGFC) identificadas de acordo com os segmentos operacionais.

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Business Solutions	14.888	14.878
IMS	8.851	8.851
	<u>23.739</u>	<u>23.729</u>

O teste de imparidade ao goodwill foi efetuado com base no método dos fluxos de caixa descontados, considerando um plano de negócios de 5 anos estimado pela Gestão, com os seguintes pressupostos:

	<u>Business Solutions</u>	<u>IMS</u>
Taxa de atualização (antes de imposto)	11,8%	11,8%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	2,0%
Taxa de crescimento anual do volume de negócios	4,4%	-0,7%

Em resultado da aplicação do método acima descrito, obtém-se um valor recuperável (determinado pelo valor de uso) dos ativos superior ao valor dos ativos contabilísticos, concluindo-se assim não existir imparidade dos ativos do Grupo alocados às Unidades Geradoras de Fluxos de Caixa. Um possível aumento ou diminuição de 1 p.p. na WACC não o tornaria inferior ao valor contabilístico dos ativos.

9. Investimentos em empresas associadas

	<u>% de participação</u>				<u>Valor</u>	
	<u>% do Grupo</u>		<u>% direta</u>		<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>		
Fundo Capital Risco NB Capital (notas 6 e 34)	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%	621	821
(*) Globaleda, S.A.					-	50
					<u>621</u>	<u>871</u>

(*) A Novabase não tem influência significativa nesta empresa, pelo que deixou de ser considerada associada (ver nota 10).

10. Ativos financ. ao justo valor através de resultados

	% de participação				Valor	
	% do Grupo		% direta		31.12.15	31.12.14
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14		
(i) FCR IStart I	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	300	300
(ii) Feedzai, Lda	2,1%	5,7%	4,0%	11,1%	1.795	404
(iii) Powergrid, Lda	45,8%	45,8%	88,9%	88,9%	82	402
(iv) Bright Innovation, Lda	46,4%	46,4%	90,0%	90,0%	3	23
Globaleda, S.A. - ver nota 9	25,1%	25,1%	25,1%	25,1%	731	-
Outras					254	415
					<u>3.165</u>	<u>1.544</u>

- (i) Fundo Capital Risco constituído em 2011, com o objetivo de apoiar provas de conceito tecnológico, prototipagem, valorização da propriedade intelectual e desenvolvimento de planos de negócio. O Fundo é gerido pela Espírito Santo Ventures SCR.
- (ii) Empresa dedicada ao desenvolvimento de soluções para processamento de grandes volumes de dados em tempo real. Em 2015, o FCR Novabase Capital Inovação e Internacionalização alienou parte do seu investimento na sociedade Feedzai, numa ronda de investimento de capital de risco, liderada pela Oak HC/FT, uma das empresas de capital de risco líderes mundiais na área de fintech, tendo obtido uma mais-valia de 1.110m€. Posteriormente, valorizou-se a remanescente % de participação nessa empresa em 1.546m€ (ver nota 32). O FCR NB Capital Inovação e Internacionalização exerce uma influência significativa sobre a Feedzai.
- (iii) Empresa, adquirida pelo FCR NB Capital Inovação e Internacionalização, dedica-se ao desenvolvimento de uma plataforma aplicacional para SmartGrids.
- (iv) Tem por objeto a incubação de projetos na área das tecnologias de informação e prestação de serviços integrados nas vertentes administrativa e financeira, formação e apoio a candidaturas destinadas a PME's TIC e suportados por uma plataforma multi-canal. É detida pelo FCR NB Capital Inovação e Internacionalização.

A Novabase não participa nas decisões sobre as políticas operacionais e financeiras das empresas participadas pelo FCR NB Capital Inovação e Internacionalização, pelo que não foram consideradas subsidiárias ou associadas.

Para a valorização das empresas, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados, considerando um plano de negócios estimado pela Gestão, com os seguintes pressupostos:

	Feedzai	Powergrid
Taxa de atualização	10,1%	10,1%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,7%	2,7%
Taxa de crescimento anual média do volume de negócios	67,6%	24,2%

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Saldo em 1 de janeiro	1.544	1.256
Aquisições / aumento de capital	79	286
Alteração no custo de aquisição da Globaleda	731	-
Alienações	(161)	-
Efeito registado em resultados (ver notas 32 e 33)	972	2
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.165</u>	<u>1.544</u>

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

Os impostos diferidos são compensados quando existe um direito irrevogável para compensação de impostos correntes ativos e passivos, e os impostos diferidos ativos e passivos são relativos à mesma entidade fiscal. Os seguintes montantes foram determinados após a sua compensação:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Ativos por impostos diferidos		
Recuperável dentro de 12 meses	3.870	2.174
Recuperável após 12 meses	12.482	15.054
	<u>16.352</u>	<u>17.228</u>
Passivos por impostos diferidos		
Absorvido dentro de 12 meses	-	-
Absorvido após 12 meses	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento bruto nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	17.228	14.901
Diferenças cambiais	(833)	(1)
Efeito registado em resultados (ver nota 35)	(43)	2.328
Saldo em 31 de dezembro	<u>16.352</u>	<u>17.228</u>

O movimento bruto nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	-	100
Efeito registado em resultados (ver nota 35)	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

Para o Grupo, o movimento nos ativos por impostos diferidos antes de compensação dos saldos dentro da mesma jurisdição fiscal no exercício é o seguinte:

	Prejuízos Fiscais	Benefícios Fiscais	Provisões / Ajustamentos	Total
Em 1 de janeiro de 2014	703	11.454	2.744	14.901
Dotações Resultado Líquido	1.669	1.116	(457)	2.328
Diferenças cambiais	(1)	-	-	(1)
Em 31 de dezembro de 2014	2.371	12.570	2.287	17.228
Dotações Resultado Líquido	2.455	(2.703)	205	(43)
Diferenças cambiais	(833)	-	-	(833)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>3.993</u>	<u>9.867</u>	<u>2.492</u>	<u>16.352</u>

Os ativos por impostos diferidos relativos a Benefícios Fiscais resultam dos projetos de Investigação e Desenvolvimento apresentados no âmbito do regime de incentivos SIFIDE.

A caducidade dos ativos por impostos diferidos é analisada como segue:

	Prejuízos Fiscais	Benefícios Fiscais	Provisões / Ajustamentos	Total
Até 1 ano	-	1.320	-	1.320
De 1 a 2 anos	60	1.878	-	1.938
De 2 a 3 anos	1.959	2.024	-	3.983
De 3 a 4 anos	173	2.533	-	2.706
De 4 a 5 anos	438	-	-	438
De 5 a 6 anos	25	-	-	25
Mais de 6 anos	307	2.112	-	2.419
Sem prazo definido	1.031	-	2.492	3.523
	<u>3.993</u>	<u>9.867</u>	<u>2.492</u>	<u>16.352</u>

12. Inventários

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Mercadorias	3.094	5.205
Produtos acabados e intermédios	17	3
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>119</u>	<u>117</u>
	3.230	5.325
Ajustamento por imparidade de inventários	<u>(406)</u>	<u>(382)</u>
	<u><u>2.824</u></u>	<u><u>4.943</u></u>

Os movimentos do ajustamento por imparidade de inventários são analisados como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	382	482
Imparidade (ver nota 30)	309	28
Reversão de imparidade (ver nota 30)	(230)	(128)
Diferenças cambiais	(6)	-
Abates	<u>(49)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>406</u></u>	<u><u>382</u></u>

O valor de inventários reconhecido em resultados e incluído em 'Custo das vendas' e 'Fornecimentos e serviços externos' é de 69.490m€ (2014: 76.089m€).

13. Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2014	Crédito e valores a receber	Ativos/ passivos ao justo valor por via Result.	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Outros ativos não correntes	7.770	-	-	-	7.770
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	-	1.544	-	-	1.544
Clientes e outras contas a receber	85.596	-	-	6.049	91.645
Acréscimos de proveitos	22.047	-	-	-	22.047
Instrumentos financeiros derivados	-	88	-	-	88
Outros ativos correntes	-	-	-	5.148	5.148
Caixa e equivalentes a caixa	<u>20.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.714</u>
	<u>136.127</u>	<u>1.632</u>	<u>-</u>	<u>11.197</u>	<u>148.956</u>
Passivos					
Outros passivos não correntes	-	-	70	-	70
Empréstimos	-	-	16.407	-	16.407
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	59.117	-	59.117
Instrumentos financeiros derivados	-	1.323	-	-	1.323
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.664</u>	<u>-</u>	<u>29.664</u>
	<u>-</u>	<u>1.323</u>	<u>105.258</u>	<u>-</u>	<u>106.581</u>

Em 31 de dezembro de 2015	Crédito e valores a receber	Ativos/ passivos ao justo valor por via Result.		Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Outros ativos não correntes	7.478	-	-	-	-	7.478
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	-	3.165	-	-	-	3.165
Investimentos detidos até à maturidade - não corr.	4.554	-	-	-	-	4.554
Clientes e outras contas a receber	90.169	-	-	-	4.350	94.519
Acréscimos de proveitos	21.592	-	-	-	-	21.592
Instrumentos financeiros derivados	-	168	-	-	-	168
Outros ativos correntes	-	-	-	-	4.743	4.743
Investimentos detidos até à maturidade - correntes	845	-	-	-	-	845
Caixa e equivalentes a caixa	24.293	-	-	-	-	24.293
	<u>148.931</u>	<u>3.333</u>	-	-	<u>9.093</u>	<u>161.357</u>
Passivos						
Outros passivos não correntes	-	-	-	271	-	271
Empréstimos	-	-	-	25.202	-	25.202
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	58.200	-	58.200
Instrumentos financeiros derivados	-	160	-	-	-	160
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	-	-	-	37.621	-	37.621
	-	<u>160</u>	-	<u>121.294</u>	-	<u>121.454</u>

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros do Grupo mensurados ao justo valor de acordo com os seguintes níveis de hierarquia:

- Nível 1: o justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço.
- Nível 2: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado.
- Nível 3: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31.12.15			31.12.14		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor						
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	-	-	3.165	-	-	1.544
Instrumentos financeiros derivados	-	168	-	-	88	-
	-	<u>168</u>	<u>3.165</u>	-	<u>88</u>	<u>1.544</u>
Passivos mensurados ao justo valor						
Instrumentos financeiros derivados	-	160	-	-	1.323	-
	-	<u>160</u>	-	-	<u>1.323</u>	-

14. Clientes e outras contas a receber

	31.12.15	31.12.14
Clientes	93.503	86.262
Ajustamento por imparidade de clientes	(5.763)	(4.488)
	<u>87.740</u>	<u>81.774</u>
Adiantamentos a fornecedores	982	684
Pessoal	128	640
Imposto sobre o valor acrescentado	3.240	4.725
Devedores de partes relacionadas (nota 39)	15	799
Alienação de participações financeiras	67	67
Saldos a receber relativos a projetos financiados	1.537	2.889
Outros saldos a receber	4.166	4.126
Ajustamento por imparidade de outros devedores	(3.356)	(4.059)
	<u>6.779</u>	<u>9.871</u>
	<u>94.519</u>	<u>91.645</u>

O justo valor desta rubrica não tem diferença relevante para o seu valor contabilístico.

O valor contabilístico desta rubrica acrescida do saldo de 'Acréscimos de proveitos' (ver nota 15) representa a exposição máxima ao risco de crédito.

A antiguidade dos saldos de clientes é analisada como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldos não vencidos	49.234	47.964
Saldos devedores sem imparidade		
Vencidos há menos de 6 meses	26.706	28.421
Vencidos há mais de 6 meses	<u>10.262</u>	<u>5.389</u>
Saldos devedores vencidos e sem imparidade	<u>36.968</u>	<u>33.810</u>
Saldos devedores com imparidade		
Vencidos há menos de 6 meses	3.741	394
Vencidos há mais de 6 meses	<u>3.560</u>	<u>4.094</u>
Saldos devedores vencidos e com imparidade	<u>7.301</u>	<u>4.488</u>
	<u><u>93.503</u></u>	<u><u>86.262</u></u>

80% dos saldos de clientes não vencidos e sem imparidade é devido por entidades com as quais não há experiência de incumprimento no passado, apesar de poderem ter um histórico com alguns atrasos pontuais no pagamento de facturas. Os restantes 20% são distribuídos por 280 entidades com saldo médio de 87m€, que o departamento de crédito não tem informação que o leve a supor que haja risco elevado de incumprimento.

Os movimentos de ajustamentos para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	<u>Cientes</u>		<u>O. Devedores</u>		<u>Total</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	4.488	4.434	4.059	3.383	8.547	7.817
Imparidade (nota 30)	2.296	577	67	681	2.363	1.258
Reversão de imparidade (nota 30)	(851)	(144)	(716)	(52)	(1.567)	(196)
Diferenças cambiais	(170)	(23)	(54)	47	(224)	24
Abates	-	(356)	-	-	-	(356)
Saldo em 31 de dezembro	<u>5.763</u>	<u>4.488</u>	<u>3.356</u>	<u>4.059</u>	<u>9.119</u>	<u>8.547</u>

15. Acréscimos de proveitos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
- Projetos em curso	20.100	20.745
- Outros acréscimos de proveitos	<u>1.492</u>	<u>1.302</u>
	<u><u>21.592</u></u>	<u><u>22.047</u></u>

16. Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados pode ser apresentado da seguinte forma:

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Forward de taxa de câmbio	168	88	160	1.323
	<u>168</u>	<u>88</u>	<u>160</u>	<u>1.323</u>

O Grupo encontra-se exposto ao risco de taxa de câmbio, em especial relativamente aos dólares norte-americanos, kwanzas e meticais. A exposição da Novabase a risco cambial resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente Angola e Moçambique, em que a atividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios.

Os instrumentos financeiros utilizados para mitigar esta exposição são os forwards cambiais. O justo valor é classificado como ativo ou passivo não corrente se a maturidade remanescente for superior a 12 meses e como ativo ou passivo corrente se a sua maturidade for inferior a 12 meses. Em 2015, os instrumentos financeiros derivados foram classificados como ativos ou passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha contratos de Eur Call / USD Put com valor nominal de 11.149.167 USD e contratos de Eur Put / USD Call com valor nominal de 9.806.345 USD. Tinha ainda contratos de Eur Call / GBP Put com valor nominal de 2.597 GBP e contratos de Eur Put / GBP Call com valor nominal de 90.576 GBP.

17. Outros ativos correntes

Os valores registados relativos ao pagamento antecipado de serviços contratados são como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
- Aluguer de instalações	707	397
- Licenças software	374	136
- Manutenção de hardware e software e serviços especializados	<u>3.662</u>	<u>4.615</u>
	<u>4.743</u>	<u>5.148</u>

Para o correto balanceamento dos serviços prestados por terceiros, foram especializados custos e proveitos que serão refletidos nos resultados do próximo período.

18. Investimentos detidos até à maturidade

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Não correntes		
Obrigações Tesouro de Angola	3.753	-
Produto financeiro em Kwanza indexado à taxa câmbio AOA/USD	<u>801</u>	<u>-</u>
	<u>4.554</u>	<u>-</u>
Correntes		
Obrigações Tesouro de Angola	<u>845</u>	<u>-</u>
	<u>845</u>	<u>-</u>

19. Caixa e equivalentes a caixa

Com referência à demonstração dos fluxos de caixa, para efeitos de determinação e discriminação dos **Componentes de Caixa e seus equivalentes**, esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
- Numerário	18	15
- Depósitos bancários a curto prazo	<u>24.275</u>	<u>20.699</u>
Caixa e equivalentes a caixa	<u>24.293</u>	<u>20.714</u>
- 'Overdrafts'	-	-
	<u>24.293</u>	<u>20.714</u>

O justo valor desta rubrica não tem diferença relevante para o seu valor contabilístico.

O valor contabilístico desta rubrica representa a exposição máxima ao risco de crédito.

20. Capital Social, prémios de emissão, ações próprias e opções sobre ações

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de 15.700.697 Euros, representado por 31.401.394 ações de valor nominal de 0,5 Euros cada uma, e encontra-se integralmente realizado.

	Número de Ações (milhares)	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Total
Em 1 de janeiro de 2014	31.401	15.701	(295)	43.560	58.966
Aquisição de ações próprias	-	-	(50)	-	(50)
Cedência de ações próprias	-	-	316	-	316
Em 31 de dezembro de 2014	31.401	15.701	(29)	43.560	59.232
Aquisição de ações próprias	-	-	(165)	-	(165)
Cedência de ações próprias	-	-	188	-	188
Em 31 de dezembro de 2015	31.401	15.701	(6)	43.560	59.255

A rubrica 'Ações próprias' reflete o número de ações detidas em carteira pelo Grupo ao valor nominal.

Em conformidade com a legislação em vigor, por deliberação em Assembleia Geral de 12 de abril de 2007, a aquisição de ações próprias por parte da Novabase S.G.P.S. é permitida até ao limite máximo de 10% do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2014, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 57.006 ações próprias, representativas de 0,18% do seu capital social.

Durante o ano de 2015, a Empresa adquiriu em bolsa 330.000 ações próprias a um preço líquido médio de 2,36 Euros e cedeu 375.049 ações próprias a um preço líquido médio de 2,39 Euros, sendo que 46.968 ações próprias foram utilizadas como prémios a colaboradores e 328.081 ações próprias na liquidação das opções exercidas no âmbito do Plano de Opções de Atribuição de Ações em vigor.

Em 31 de dezembro de 2015, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 11.957 ações próprias, representativas de cerca de 0,04% do seu capital social.

Os prémios de emissão de ações resultaram de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de ações próprias.

Opções sobre ações

Em 2015, terminou o plano de Opções de Atribuição de Ações (Plano 2012-2014), aprovado na Assembleia Geral de acionistas de 3 de maio de 2012, o qual abrangia apenas os administradores da Novabase S.G.P.S..

Este plano de Opções de Atribuição de Ações previa a atribuição de opções de ações ordinárias da Novabase como prémio de desempenho dos participantes.

As opções atribuídas tinham como única condição de aquisição, a permanência do colaborador nas datas definidas nos termos do plano, e caducavam automaticamente sempre que o colaborador deixasse de estar ao serviço de qualquer das empresas do Grupo.

A liquidação das opções exercidas processava-se, nos termos previstos no plano, através da atribuição de ações da Novabase ('net share settlement') detidas em carteira própria.

Os movimentos no número de opções sobre ações vivas são os seguintes:

	31.12.15		31.12.14	
	Preço médio de exercício por ação	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação	Opções (milhares)
Saldo em 1 de janeiro		745		1.709
Exercido	2,401	(745)	3,858	(964)
Saldo em 31 de dezembro		-		745

Na demonstração dos resultados, na rubrica de 'Gastos com o pessoal', foi registado em 2015 um custo de 16m€ (2014: 106m€) - ver nota 29.

21. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, as empresas sediadas em Portugal que integram o Grupo Novabase são obrigadas a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos e para incorporação no capital social.

Na Assembleia Geral de abril de 2015, foi decidido pagar aos acionistas da Novabase o montante de 942m€, correspondendo a 0,03€ por ação. O pagamento ocorreu em maio de 2015.

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Pagamento a acionistas	936	6.269
Valor referente às ações próprias em carteira	6	11
	<u>942</u>	<u>6.280</u>

22. Interesses que não controlam

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	11.855	11.522
Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2	-	(576)
(*) Variação do perímetro de consolidação	9	16
(**) Distribuição de dividendos a interesses que não controlam	(1.036)	(1.394)
Diferença cambial de operações estrangeiras	(3.615)	590
Atribuição de resultados	981	1.697
Saldo em 31 de dezembro	<u>8.194</u>	<u>11.855</u>

(*) Em 2015, foi criada a Celfocus UK. Em 2014, foi criada a Celfocus Turquia.

(**) Em 2015, a NBASIT (Angola) e a Celfocus distribuíram dividendos aos seus acionistas, dos quais 630m€ ainda estão por pagar - ver nota 26. Em 2014, a Celfocus distribuiu dividendos aos seus acionistas.

23. Empréstimos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Não correntes		
Dívidas a instituições de crédito	14.387	8.376
Credores de locação financeira	5.247	1.613
	<u>19.634</u>	<u>9.989</u>
Correntes		
Dívidas a instituições de crédito	3.992	5.561
Credores de locação financeira	1.576	857
	<u>5.568</u>	<u>6.418</u>
Total dos empréstimos	<u>25.202</u>	<u>16.407</u>

Os períodos em que as dívidas a instituições financeiras correntes serão reembolsadas são os seguintes:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
6 meses ou menos	1.744	3.203
6 a 12 meses	<u>2.248</u>	<u>2.358</u>
	<u>3.992</u>	<u>5.561</u>

A maturidade das dívidas a instituições financeiras não correntes é como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
De 1 a 2 anos	4.079	4.556
De 2 a 5 anos	8.808	3.820
Mais de 5 anos	1.500	-
	<u>14.387</u>	<u>8.376</u>

As taxas de juro efetivas à data de relato eram as seguintes:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Dívidas a instituições de crédito	3,080%	5,007%

Credores de locação financeira - Rendas mínimas:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Até 1 ano	1.865	1.184
De 1 a 5 anos	<u>5.563</u>	<u>2.059</u>
	7.428	3.243
Futuros resultados financeiros não realizados da locação financeira	<u>(605)</u>	<u>(773)</u>
Valor líquido das responsabilidades com locações financeiras	<u>6.823</u>	<u>2.470</u>

O valor líquido das responsabilidades com locações financeiras pode ser analisado como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Até 1 ano	1.576	857
De 1 a 5 anos	<u>5.247</u>	<u>1.613</u>
	<u>6.823</u>	<u>2.470</u>

Os empréstimos do Grupo têm os seguintes tipos de covenants:

- Autonomia financeira $\geq 40\%$; Dívida líquida / EBITDA ≤ 3
- Autonomia financeira $\geq 35\%$; Dívida líquida / EBITDA $\leq 2,5$; Dívida líquida / Capitais Próprios $\leq 0,5$
- Capitais Próprios / Total Ativo $\geq 40\%$; Dívida financeira líquida / EBITDA < 2 ; Dívida financeira líquida / Capitais Próprios $< 0,5$; EBIT / Juros pagos > 3
- Dívida líquida / EBITDA ≤ 2
- Graduação pari passu das obrigações
- Cross Default
- Situação tributária e contributiva em dia
- Prestação de contas
- Deveres de Informação de Litigância
- Seguros em vigor

24. Provisões

Os movimentos das provisões são analisados como segue:

	Garantias a Clientes	Processos Judiciais	Reestruturação	Out. Riscos e Encargos	Total
Em 1 de janeiro de 2014	645	712	-	3.029	4.386
Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2	-	-	-	6.256	6.256
Dotação do exercício (nota 30)	108	-	1.403	756	2.267
Reversões / utilizações (nota 30)	(587)	(647)	-	(1.781)	(3.015)
Em 31 de dezembro de 2014	166	65	1.403	8.260	9.894
Dotação do exercício (nota 30)	237	-	-	5.807	6.044
Reversões / utilizações (nota 30)	(204)	(15)	(1.343)	(2.878)	(4.440)
Diferenças cambiais	-	-	-	(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2015	199	50	60	11.188	11.497

O saldo de provisões destina-se a fazer face, entre outras, às seguintes situações:

Garantias a clientes – Responsabilidade com custos a incorrer com a subcontratação de terceiros para assegurar o período de garantia relativo ao fornecimento de hardware no âmbito do negócio de Televisão. O ex-fluxo financeiro relativo a esta responsabilidade ocorre no momento em que a garantia é exercida pelo cliente.

Processos Judiciais – Responsabilidade com indemnizações a terceiros relativas a processos judiciais em curso. A liquidação desta responsabilidade está dependente do desfecho judicial dos referidos processos (ver nota 40).

Reestruturação – Responsabilidade com custos a incorrer com indemnizações a colaboradores, decorrentes do processo de reestruturação implementado no final de 2014.

Outros Riscos e Encargos – Trata-se essencialmente da responsabilidade com custos a incorrer com possíveis penalizações contratuais relativas a projetos em curso e outros riscos prováveis.

25. Outros passivos não correntes

	31.12.15	31.12.14
Aquisição da participação na Binómio	271	70
	<u>271</u>	<u>70</u>

Esta rubrica corresponde à retribuição contingente pela aquisição da Binómio, Lda, cujo justo valor foi revisto em 2015 - ver nota 33.

O termo de pagamento destas dívidas é analisado como segue:

	31.12.15	31.12.14
De 1 a 2 anos	271	70
De 2 a 5 anos	-	-
	<u>271</u>	<u>70</u>

26. Fornecedores e outras contas a pagar

	31.12.15	31.12.14
Fornecedores	17.038	20.992
Remunerações, férias e subsídios de férias	9.522	8.939
Bónus	8.691	7.843
Projetos em curso	5.088	4.837
Imposto sobre o valor acrescentado	5.910	5.878
Contribuições para a segurança social	2.067	2.040
Retenção de impostos sobre os rendimentos	1.571	1.680
Montante a pagar a interesses que não controlam - ver nota 22	630	-
Colaboradores	217	320
Adiantamentos de clientes	72	820
Aquisição da participação no FCR IStart I	-	72
Outros acréscimos de custos	7.273	5.529
Outros credores	121	167
	<u>58.200</u>	<u>59.117</u>

O justo valor desta rubrica não tem diferença relevante para o seu valor contabilístico.

A maturidade destas dívidas é a seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Até 1 ano	58.200	59.117
	<u>58.200</u>	<u>59.117</u>

27. Proveitos diferidos e outros passivos correntes

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Subsídios para investigação e desenvolvimento	2.494	4.424
Projetos de consultoria	35.127	25.240
	<u>37.621</u>	<u>29.664</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo Novabase estima cumprir com as condições relevantes para receber os seguintes incentivos financeiros à investigação e desenvolvimento:

	<u>Valor contratado</u>	<u>Valor acum. recebido</u>
Subsídios:		
- QREN - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&D)	5.229	4.679
- Outros subsídios	2.528	1.541
	<u>7.757</u>	<u>6.220</u>

28. Fornecimentos e serviços externos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Subcontratos	36.854	31.380
Fornecimentos e serviços		
Comissões e honorários	8.421	7.401
Transportes, deslocações e estadias e despesas de representação	10.130	8.732
Rendas e alugueres	4.338	4.367
Trabalhos especializados	2.676	2.162
Transporte de mercadorias	850	870
Publicidade e propaganda	1.066	1.082
Água, eletricidade e combustíveis	830	870
Comunicações	986	1.033
Seguros	470	445
Utensílios, material de escritório e documentação técnica	210	230
Outros fornecimentos e serviços	1.128	1.326
	<u>31.105</u>	<u>28.518</u>
	<u>67.959</u>	<u>59.898</u>

29. Gastos com o pessoal

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Remuneração dos órgãos sociais	4.638	4.289
Remuneração dos colaboradores	70.053	66.629
Encargos sobre remunerações	12.214	11.649
Stock options atribuídas (nota 20)	16	106
Outros custos com o pessoal	2.774	3.632
	<u>89.695</u>	<u>86.305</u>

O número médio de pessoal, por unidade de negócio, é analisado como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Business Solutions	1.813	1.667
IMS	413	495
Venture Capital	50	45
Serviços Partilhados Novabase	114	119
	<u>2.390</u>	<u>2.326</u>

30. Outros ganhos e perdas líquidos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Imparidade e reversão de imparidade de clientes e outros devedores (nota 14)	(796)	(1.062)
Imparidade e reversão de imparidade de inventários (nota 12)	(79)	100
Provisão para garantias (nota 24)	(33)	479
Provisão para processos judiciais em curso (nota 24)	15	647
Provisões para outros riscos e encargos (nota 24)	(2.929)	1.025
Outros ganhos e perdas operacionais	325	672
	<u>(3.497)</u>	<u>1.861</u>

31. Amortizações e depreciações

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
<i>Ativos fixos tangíveis (nota 7):</i>		
Edifícios e outras construções	522	408
Equipamento básico	837	971
Equipamento de transporte	862	891
Equipamento administrativo	171	163
Outros ativos tangíveis	3	3
	<u>2.395</u>	<u>2.436</u>
<i>Ativos intangíveis (nota 8):</i>		
Intangíveis desenvolvidos internamente	2.688	2.824
Propriedade industrial e outros direitos	265	657
	<u>2.953</u>	<u>3.481</u>
	<u>5.348</u>	<u>5.917</u>

32. Proveitos financeiros

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Juros obtidos	562	318
Diferenças de câmbio favoráveis	5.922	1.421
Atualização do justo valor de ativos financeiros (nota 10)	1.546	-
(*) Mais-valia na alienação de ativos financeiros	1.110	2
Outros ganhos financeiros	-	89
	<u>9.140</u>	<u>1.830</u>

(*) Feedzai (ver nota 10).

33. Custos financeiros

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Juros pagos		
- empréstimos	(673)	(933)
- contratos de locação	(328)	(365)
- outros	(41)	(37)
Despesas com garantias bancárias	(168)	(144)
Serviços e comissões bancárias	(256)	(206)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.782)	(1.808)
Atualização do justo valor de ativos financeiros (nota 10)	(574)	-
Ajustamentos para empréstimos a partes relacionadas (nota 39 ii))	(2.292)	-
Variação no justo valor de contraprestação contingente (nota 25)	(243)	-
Outras perdas financeiras	-	(12)
	<u>(8.357)</u>	<u>(3.505)</u>

34. Perdas em associadas

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Fundo Capital Risco NB Capital (nota 9)	(200)	(90)
	<u>(200)</u>	<u>(90)</u>

35. Imposto sobre o rendimento

A Novabase e as suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC à taxa normal de 21%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, à taxa normal de IRC acresce a Derrama Estadual à taxa de 3% sobre os lucros tributáveis que excedam 1.500m€ e até 7.500m€, à taxa de 5% sobre os lucros tributáveis que excedam 7.500m€ e até 35.000m€, e à taxa de 7% para a parte dos lucros tributáveis acima dos 35.000m€.

A Novabase é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), desde 1 de janeiro de 2009, sendo o Grupo de tributação constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem com as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

A rubrica de imposto sobre o rendimento detalha-se como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Impostos correntes	1.702	3.285
Impostos diferidos relativos às diferenças temporárias (nota 11)	43	(2.428)
	<u>1.745</u>	<u>857</u>

Para o Grupo, o imposto sobre o rendimento do exercício difere do valor teórico usando a taxa média de impostos do país da empresa-mãe devido ao seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultado antes de impostos	10.151	5.455
Imposto à taxa nominal (23% em 2014, 21% em 2015)	2.132	1.255
Benefícios fiscais relativos à criação líquida de postos de trabalho	(327)	(303)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	-	64
Reconhecimento de imposto relativo a eventos de exercícios anteriores	(34)	(63)
Resultados relativos a empresas associadas	42	21
Tributação autónoma	788	874
Prejuízos em empresas onde não são reconhecidos impostos diferidos	79	298
Despesas não aceites para efeitos fiscais	(75)	(269)
Diferencial de taxa de imposto em empresas localizadas no estrangeiro	(916)	259
Benefício fiscal à Investigação e Desenvolvimento	(558)	(2.202)
Derrama	574	215
Ajustamento da taxa de IRC	-	382
Imparidade do PEC, prejuízos fiscais e retenções de não residentes	40	326
Imposto sobre o rendimento	<u>1.745</u>	<u>857</u>
Taxa efetiva de imposto	17,2%	15,7%

36. Resultados por ação**Básico**

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias (nota 20).

Diluído

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o nº médio ponderado de ações ordinárias de forma a assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias dilutivas. A Novabase tem apenas um tipo de potenciais ações ordinárias dilutivas: as stock options. Determinou-se o número de ações que seriam adquiridas ao justo valor (determinado pela média no período da cotação de mercado das ações da Novabase). Este número de ações assim determinado foi comparado com o número de ações que seriam emitidas se fossem exercidas todas as opções.

Os resultados por ação são analisados como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Nº médio ponderado de ações ordinárias	31.350.835	31.163.505
Ajustamento relativo às stock options	-	232.327
Nº médio ponderado de ações ordinárias ajustado	<u>31.350.835</u>	<u>31.395.832</u>
Resultado total atribuível aos acionistas ordinários	7.425	3.112
Resultado por Ação - Básico - Euros	<u>0,24 Euros</u>	<u>0,10 Euros</u>
Resultado por Ação - Diluído - Euros	<u>0,24 Euros</u>	<u>0,10 Euros</u>
Resultado das operações em continuação atribuível aos acionistas ordinários	7.425	2.901
Resultado por Ação - Básico - Euros	<u>0,24 Euros</u>	<u>0,09 Euros</u>
Resultado por Ação - Diluído - Euros	<u>0,24 Euros</u>	<u>0,09 Euros</u>
Resultado das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários	-	211
Resultado por Ação - Básico - Euros	<u>-</u>	<u>0,01 Euros</u>
Resultado por Ação - Diluído - Euros	<u>-</u>	<u>0,01 Euros</u>

37. Dividendos por ação

Os montantes distribuídos em 2015 e 2014 ascenderam a 942m€ (0,03 Euros por ação) e 6.280m€ (0,20 Euros por ação), respetivamente. Estes montantes diferem dos relevados na demonstração dos fluxos de caixa consolidados devido à remuneração das ações próprias em carteira, que ficou na Novabase (nota 21). Relativamente ao exercício de 2015, o Conselho de Administração irá propor, na Assembleia Geral Anual de 2016, o pagamento de 0,12 Euros por ação, ou seja, um total de 3.768m€. Estas demonstrações financeiras não refletem o dividendo a pagar.

38. Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram na demonstração da posição financeira consolidada referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são analisados como segue:

	Banco	31.12.15	31.12.14
Novabase E.A., S.A.	Novo Banco	-	17
Novabase Business Solutions, S.A.	BPI	48	411
Novabase Business Solutions, S.A.	Novo Banco	790	1.602
Novabase Business Solutions, S.A.	BCP	5.599	1.483
Novabase Business Solutions, S.A.	BAR	534	-
Novabase Serviços, S.A.	Novo Banco	484	390
CelFocus, S.A.	Novo Banco	-	112
CelFocus, S.A.	BAR	500	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	Novo Banco	-	4
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Novo Banco	154	154
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	Novo Banco	1.353	5.188
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BCP	556	122
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BPI	-	150
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BTA	830	525
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BAR	-	31
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	BCP	21	257
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	Novo Banco	-	11
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	Novo Banco	46	35
NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	BFA	461	403
NBMSIT, Sist. de Inf. e Tecnol., S.A.	BIM	6	-
Binómio, Lda.	Novo Banco	-	5
		<u>11.382</u>	<u>10.900</u>

No ano de 2015, o Grupo tinha a seguinte linha de crédito grupada contratada:

Grupo de empresas	Plafond
Novabase IMS; Novabase Digital TV	2,5 M USD

Existem compromissos financeiros resultantes de contratos de locação operacional. Em 31 de dezembro de 2015, essas obrigações com contratos de locação operacional estão essencialmente relacionadas com os contratos de arrendamento do edifício onde a Empresa tem a sua sede e das instalações da unidade de logística. Os pagamentos vincendos relativos a estes contratos de locação operacional ascendem a 4.843m€ (2014: 6.542m€).

39. Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras, são consideradas como partes relacionadas todas as subsidiárias e associadas, acionistas com influência na gestão do Grupo e elementos-chave na gestão do Grupo.

- i) Remuneração / Benefícios dos principais elementos da gestão da Empresa

	31.12.15	31.12.14
Benefícios / remunerações de curto prazo	5.549	4.289
Stock options atribuídas (nota 29)	16	106
	<u>5.565</u>	<u>4.395</u>

ii) Outros saldos com partes relacionadas

	Não corrente		Corrente (nota 14)	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Empréstimo à Globaleda, S.A.	-	-	-	784
Empréstimo à Powergrid, Lda	2.050	2.050	-	-
Empréstimo à Bright Innovation, Lda	1.477	1.477	-	-
Empréstimo à Smartgeo Solutions, Lda	99	99	-	-
Empréstimo à Radical Innovation, Lda	994	994	-	-
Empréstimo à Power Data, Lda	248	248	-	-
Empréstimo à City Pulse, Lda	2.410	1.410	-	-
Empréstimo à Livian Technologies, Lda	2.492	1.492	-	-
Empréstimos a outros sócios/acionistas	-	-	15	15
	<u>9.770</u>	<u>7.770</u>	<u>15</u>	<u>799</u>
Ajustamentos para empréstimos a partes relacionadas - ver nota 33	(2.292)	-	-	-
	<u>7.478</u>	<u>7.770</u>	<u>15</u>	<u>799</u>

iii) Transações com acionistas minoritários de subsidiárias

	31.12.15	31.12.14
Microcenter (NBASIT)	1.343	1.777
H. Gamito & Associados (NBMSIT)	939	299

40. Contingências

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo era interveniente nos seguintes processos:

- A Novabase IMS é co-Ré numa ação declarativa de condenação com processo ordinário em que é Autora a sociedade CES- Comércio de Equipamentos de Escritório, S.A. na qual a Autora requer (i) a devolução de equipamentos e mobiliário que haveria instalado num cliente da co-Ré da participada da Novabase e cuja propriedade lhe pertence e (ii) ao pagamento de indemnização pelos prejuízos que sofreu a liquidar em sede de sentença. A Ré contestou a ação e deduziu pedido reconvenicional, no montante de aproximadamente 176m€ respeitante a quantia indevidamente recebida pela Autora, tendo sido realizada audiência preliminar no âmbito do mesmo. O processo aguarda marcação de audiência de discussão e julgamento.
- A Novabase Digital TV é co-Ré numa Ação Declarativa de Condenação, com processo ordinário, em que é Autora a sociedade Digisat – Digital Satélite, Lda., tendo ambas as Rés deduzido contestação. A Autora foi convidada pelo Tribunal a aperfeiçoar a sua petição inicial de forma a clarificar o valor da ação (40m€) e o montante peticionado (aproximadamente 100m€). O processo está a aguardar a pronúncia da Autora relativamente ao valor da ação, sendo que, entretanto, o mandatário da Autora renunciou ao mandato tendo a instância sido suspensa por despacho do Juiz de 24 de junho de 2008. A suspensão por período superior a um ano por negligência das partes em promover o seu andamento determina a interrupção da instância. Decorridos dois anos em que a instância esteja interrompida, a mesma é julgada deserta, terminando sem qualquer julgamento. Ainda não existe despacho do Juiz nesse sentido.
- A Celfocus, a NB SGPS e a Octal foram citadas em processos de execução fiscal pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social referente a alegada falta de pagamento de contribuições no valor de 21m€, 26m€ e 4m€ respetivamente, respeitantes a alguns meses de anos anteriores. Foi apresentada oposição nos dois primeiros casos e reclamação no último caso, invocando o cumprimento dos deveres de apresentação das folhas de remuneração e do respetivo pagamento integral de todos os valores devidos. Os processos aguardam análise e decisão do IGFSS.

41. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

Tendo em consideração o previsto nos termos do artigo 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas na demonstração da posição financeira consolidada ou descritas nas suas notas;
- O total das remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas, no ano de 2015, foi de 138.809 Euros (2014: 162.394 Euros), dos quais, 110.000 Euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, e os restantes, no montante de 28.809 Euros, dizem respeito a serviços profissionais de consultoria fiscal;
- A nota 39 deste anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

42. Eventos subsequentes ao fim do exercício

O Conselho de Administração divulgou a sua intenção de propor à Assembleia Geral anual de 2016, a distribuição de 3.768m€ aos acionistas. Este pagamento, que corresponde a um montante equivalente a 50,7% do resultado líquido consolidado, representa um dividendo de 12 cêntimos de Euro por ação.

(Página intencionalmente deixada em branco)

II. RELATÓRIOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E DO AUDITOR REGISTRADO NA CMVM

(Página intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Novabase, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas mais significativas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença do responsável da área financeira. O Conselho Fiscal manteve igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo mantendo-se informado da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas consolidadas da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. A fiscalização das políticas, critérios e práticas contabilísticas da sociedade e das suas participadas e fiabilidade da informação da informação financeira consolidada foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise e discussão dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

Comunicação de Irregularidades

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal, não rececionou, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações sobre irregularidades.

Transações com Partes Relacionadas

A sociedade reporta habitualmente no seu relatório e contas, a informação sobre transações com partes relacionadas.

Durante o exercício de 2015 não foram sujeitas à apreciação do Conselho Fiscal quaisquer transações desta natureza.

Independência do Auditor Externo

No âmbito de verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo o Conselho Fiscal tem em vigor uma política de contratação de serviços não relacionados com a atividade de auditoria, em linha com a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2013. Adicionalmente, verificou o cumprimento efetivo das regras em causa durante o exercício de 2015.

Sistema interno de gestão de risco

O Conselho Fiscal apreciou as políticas de identificação e gestão de risco adotadas pela Sociedade e acompanhou a sua aplicação.

Agradecimento

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer sobre as Contas Consolidadas

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira consolidada, e dos resultados consolidados da Novabase, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. O relatório sobre o Governo da Sociedade cumpre o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em consequência do acima referido, e da informação recebida do Conselho de Administração e dos serviços da Empresa, bem como das conclusões constantes na Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

O relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas, e os correspondentes anexos.

Lisboa, 5 de abril de 2016



Paulo Soares de Pinho
(Presidente)



Fátima Farinha



Nuno Pires



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 da **Novabase, SGPS, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 222.641 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 81.472 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas de 7.425 milhares de euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários (“CVM”);
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das entidades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Novabase SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do CVM.

Lisboa, 5 de Abril de 2016



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC n.º 1427)

(Página intencionalmente deixada em branco)

III. Membros do Conselho de Administração e Valores Mobiliários detidos por Órgãos Sociais

(Página intencionalmente deixada em branco)

**VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA SOCIEDADE E POR SOCIEDADES COM AS QUAIS A NOVABASE SGPS
TEM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, DETIDOS POR TITULARES DE ÓRGÃOS SOCIAIS DA NOVABASE SGPS**

	Capital Social	Nº Total de Ações / Quotas	NºAções/ Quotas detidas pelos Órgãos Sociais em 31.12.14	Transações	NºAções/ Quotas detidas pelos Órgãos Sociais em 31.12.15	% detida pelos Órgãos Sociais em 31.12.15
Novabase SGPS, S.A.	15.700.697 €	31.401.394	10.600.078	373.743	10.973.821	34,9%
José Afonso Oom Ferreira de Sousa			1	10.056	10.057	0,0%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho			2.279.012	10.056	2.289.068	7,3%
Luis Paulo Cardoso Salvado			1	50.281	50.282	0,2%
Francisco Antunes			0	30.335	30.335	0,1%
HNB - SGPS, SA (a)			8.321.019	0	8.321.019	26,5%
NBASIT - Sist. Inf e Telecomunicações, S.A.	47.500.000 AOA	100.000	400	0	400	0,4%
Francisco Paulo Figueiredo Morais Antunes			200	0	200	0,2%
Luis Paulo Cardoso Salvado			200	0	200	0,2%
CelFocus, S.A.	100.000 €	100.000	1	0	1	0,0%
José Afonso Oom Ferreira de Sousa			1	0	1	0,0%
FeedZai, S.A.	150.855 €	18.444.594	450.000	(224.999)	225.001	1,2%
Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho			450.000	(224.999)	225.001	1,2%

(a) José Afonso Oom Ferreira de Sousa e Luís Paulo Cardoso Salvado detêm uma participação acionista nesta Sociedade.

A Novabase reporta como dirigentes a HNB – S.G.P.S., S.A. e os membros dos órgãos sociais da Sociedade.

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONTAS INDIVIDUAIS 2015

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração da Posição Financeira Individual em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	31.12.15	31.12.14 reexpresso (*)	01.01.14 reexpresso (*)
Ativo				
Ativos Não Correntes				
Ativos fixos tangíveis	5	144	150	156
Investimentos financeiros	6	17.903	36.936	36.936
Empréstimos a empresas subsidiárias	25	25.082	28.374	28.930
Ativos por impostos diferidos	7	14	-	10
Total de Ativos Não Correntes		43.143	65.460	66.032
Ativos Correntes				
Clientes e outras contas a receber	9	66.446	26.709	18.291
Imposto sobre o rendimento a receber		-	-	534
Outros ativos correntes		14	29	15
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	5.015
Caixa e equivalentes a caixa	10	9.036	4.270	15.683
Total de Ativos Correntes		75.496	31.008	39.538
Total do Ativo		118.639	96.468	105.570
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio				
Capital social	11	15.701	15.701	15.701
Ações próprias	11	(6)	(29)	(295)
Prêmios de emissão	11	43.560	43.560	43.560
Reservas e resultados acumulados		13.869	13.019	5.380
Resultado líquido		17.161	2.459	14.220
Total do Capital Próprio		90.285	74.710	78.566
Passivo				
Passivos Não Correntes				
Empréstimos	13	14.243	5.078	8.014
Provisões	15	1.619	141	141
Passivos por impostos diferidos	7	-	-	100
Total de Passivos Não Correntes		15.862	5.219	8.255
Passivos Correntes				
Empréstimos	13	3.415	2.918	2.878
Fornecedores e outras contas a pagar	14	8.971	12.653	15.551
Imposto sobre o rendimento a pagar		22	967	-
Proveitos diferidos e outros passivos correntes		84	1	320
Total de Passivos Correntes		12.492	16.539	18.749
Total do Passivo		28.354	21.758	27.004
Total do Capital Próprio e do Passivo		118.639	96.468	105.570

Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração Individual dos Resultados e Outro Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	31.12.15	31.12.14
Prestação de serviços	25	3.908	6.643
Fornecimentos e serviços externos	16	(668)	(863)
Gastos com o pessoal	17	(2.960)	(3.050)
Outros ganhos e perdas líquidos	18	17.300	389
		<u>17.580</u>	<u>3.119</u>
Depreciações	19	(6)	(6)
Resultados Operacionais		17.574	3.113
Proveitos financeiros	20	60	136
Custos financeiros	21	(640)	(612)
Resultados Antes de Impostos		16.994	2.637
Imposto sobre o rendimento	22	167	(178)
Resultado Líquido		17.161	2.459
Outro rendimento integral no exercício		-	-
Rendimento integral total no exercício		17.161	2.459

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração de Alterações aos Capitais Próprios Individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Ações próprias	Prémio de emissão de ações	Reservas legais	Res. relativ. a opções s/ ações	Res. livres e resultados acumulados
Saldos em 1 de janeiro de 2014		78.707	15.701	(295)	43.560	3.140	326	16.275
Reexpressão de acordo com a IAS 8	2	(141)	-	-	-	-	-	(141)
Saldos reexpressos em 1 de janeiro de 2014		78.566	15.701	(295)	43.560	3.140	326	16.134
Rendimento integral total no exercício		2.459	-	-	-	-	-	2.459
Pagamento de dividendos	12, 23	(6.269)	-	-	-	-	-	(6.269)
Compra e venda de ações próprias	11	(152)	-	(20)	-	-	-	(132)
Pagam. baseados ações - exercício das opções	11	-	-	286	-	-	(278)	(8)
Pagamentos baseados em ações	11, 17	106	-	-	-	-	106	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		74.710	15.701	(29)	43.560	3.140	154	12.184
Saldos em 1 de janeiro de 2015		74.710	15.701	(29)	43.560	3.140	154	12.184
Rendimento integral total no exercício		17.161	-	-	-	-	-	17.161
Pagamento de dividendos	12, 23	(936)	-	-	-	-	-	(936)
Compra e venda de ações próprias	11	(666)	-	(141)	-	-	-	(525)
Pag. baseados ações - exercício das opções	11	-	-	164	-	-	(170)	6
Pagamentos baseados em ações	11, 17	16	-	-	-	-	16	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		90.285	15.701	(6)	43.560	3.140	-	27.890

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	31.12.15	31.12.14
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		9.712	5.724
Pagamentos a fornecedores		(1.295)	(1.755)
Pagamentos ao pessoal		(1.665)	(2.911)
Fluxo gerado pelas operações		6.752	1.058
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(1.032)	986
Outros pagamentos operacionais		(1.093)	(976)
		(2.125)	10
Fluxo das Atividades Operacionais		4.627	1.068
Atividades de Investimento			
Recebimentos:			
Alienação de subsidiárias, associadas e outros investimentos		3	-
Alienação de ativos financeiros detidos para negociação		-	10.034
Juros e proveitos similares		8	213
Dividendos	25 i)	3.913	-
		3.924	10.247
Pagamentos:			
Aquisição de subsidiárias, associadas e outros investimentos		(58)	-
Compra de ativos financeiros detidos para negociação		-	(5.019)
		(58)	(5.019)
Fluxo das Atividades de Investimento		3.866	5.228
Atividades de Financiamento			
Recebimentos:			
Empréstimos obtidos		15.000	-
Financiamento de filiais		-	52
Venda de ações próprias	11	71	167
		15.071	219
Pagamentos:			
Empréstimos obtidos		(5.338)	(2.896)
Financiamento de filiais		(11.143)	(7.771)
Dividendos	12, 23	(936)	(6.269)
Juros e custos similares		(603)	(600)
Aquisição de ações próprias	11	(778)	(392)
		(18.798)	(17.928)
Fluxo das Atividades de Financiamento		(3.727)	(17.709)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	4.270	15.683
Variação de caixa e seus equivalentes		4.766	(11.413)
Efeito em caixa e seus equivalentes das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	9.036	4.270

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

1. Informação geral

A Novabase, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (adiante designada por Novabase ou Empresa), criada inicialmente sob a denominação de Novabase – Sistemas de Informação e Base de Dados, Lda., é a Empresa mais antiga do Grupo Novabase, detendo as participações sociais das restantes Empresas do Grupo. Constituída em 11 de maio de 1989, teve como atividade principal a produção e comercialização de sistemas informáticos até ao final de 1999.

Em 23 de dezembro de 1999, a Empresa alterou a sua denominação social e o seu objeto, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como objeto a gestão de participações sociais de outras empresas como forma indireta de exercício de atividade económica.

A Novabase está cotada na Euronext Lisbon.

O capital social é composto por 31.401.394 ações (2014: 31.401.394 ações), tendo todas as ações o valor nominal de 0,5 Euros.

Estas demonstrações financeiras individuais foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2016. É opinião do Conselho de Administração que elas refletem de forma apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

2. Principais políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa reapreciou as suas provisões à luz do recente entendimento do IFRS Interpretations Committee, segundo o qual, na mensuração dos seus riscos e incertezas, as empresas deverão apurar a melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respectivas probabilidades associadas. Conforme previsto pelo IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, esta alteração foi aplicada retrospectivamente e, consequentemente, foram efetuadas alterações à Demonstração da Posição Financeira com referência a 1 de janeiro de 2014, tendo sido reexpressada a informação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos são os seguintes:

Demonstração da Posição Financeira Individual em 1 de janeiro de 2014:

	Publicado	Alteração	Reexpresso
Ativo			
Total do Ativo	105.570	-	105.570
Capital Próprio			
Reservas e resultados acumulados	5.521	(141)	5.380
Total do Capital Próprio	78.707	(141)	78.566
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Provisões	-	141	141
Total de Passivos Não Correntes	8.114	141	8.255
Total do Passivo	26.863	141	27.004
Total do Capital Próprio e do Passivo	105.570	-	105.570

Demonstração da Posição Financeira Individual em 31 de dezembro de 2014:

	Publicado	Alteração	Reexpresso
Ativo			
Total do Ativo	96.468	-	96.468
Capital Próprio			
Reservas e resultados acumulados	13.160	(141)	13.019
Total do Capital Próprio	74.851	(141)	74.710
Passivo			
Passivos Não Correntes			
Provisões	-	141	141
Total de Passivos Não Correntes	5.078	141	5.219
Total do Passivo	21.617	141	21.758
Total do Capital Próprio e do Passivo	96.468	-	96.468

As principais políticas contábilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais encontram-se descritas abaixo. Estas políticas contábilísticas são apresentadas de maneira consistente nos períodos refletidos nestas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras da Novabase foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor a 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros (m€).

Novas normas, interpretações e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2015, e que a Empresa decidiu não adotar antecipadamente

Não se espera que alguma norma, interpretação ou alteração a norma existente de aplicação não obrigatória neste exercício e não aplicada antecipadamente terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, com exceção das seguintes normas para as quais se está a avaliar esse impacto:

- **IAS 1 (alteração)**, 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contábilísticas.
- **IAS 27 (alteração)**, 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. A Empresa irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2012-2014 no período em que se tornarem efetivas.
- **IFRS 15 (nova)**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos".

As demonstrações financeiras da Novabase foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tomando por base o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como os valores reportados do rédito e das despesas incorridos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, os resultados atuais podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um grau maior de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativas para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

É convicção do Conselho de Administração que as estimativas e pressupostos adotados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Investimentos em empresas subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Novabase tem o poder de gerir as atividades relevantes, estando exposta a, ou tendo direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com essas entidades e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder sobre as mesmas. Normalmente está associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo valor de aquisição. São reconhecidas provisões para perdas por imparidade quando aplicável.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/atribuição seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento na subsidiária, a Novabase reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

2.3. Transações em moedas estrangeiras

(1) Moeda de mensuração

As demonstrações financeiras da Novabase S.G.P.S. são apresentadas em milhares de Euros (m€). O Euro é a moeda funcional e de relato.

(2) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação destas transações e da transposição no fim do ano dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos em resultados.

As diferenças de câmbio em ativos financeiros não monetários que constituem instrumentos de capital mensurados ao justo valor são relatadas na Demonstração Individual dos Resultados e Outro Rendimento Integral como parte de um ganho ou perda da flutuação de justo valor. As diferenças de câmbio em itens monetários, como por exemplo, ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, são incluídas em reservas nos capitais próprios.

2.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por edifícios e outras construções. Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas em resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	<u>N.º de anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 50

O valor residual de um ativo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de relato.

Quando a quantia registada de um ativo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada para o seu valor recuperável.

Os ganhos e as perdas gerados nas alienações de ativos são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

A Novabase classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: (i) empréstimos e contas a receber, (ii) ativos disponíveis para venda e (iii) ativos financeiros detidos para negociação. A classificação é dependente do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos ou efetuados. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição.

(1) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente relevados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo. Os devedores são incluídos no ativo corrente, exceto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como ativos não correntes. Os devedores são incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de 'Clientes e outras contas a receber'.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de relato.

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao justo valor. Os ganhos e as perdas não realizados, provenientes de alterações nos justos valores de ativos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando estes ativos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sujeitos a perdas por imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos em resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de 'Proveitos financeiros', quando o direito a receber o pagamento é estabelecido.

Os justos valores de investimentos em empresas cotadas são baseados em preços de mercado correntes. Se não existir um mercado ativo para um ativo financeiro (e para títulos não cotados), a Empresa determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

(3) Ativos financeiros detidos para negociação

Um ativo financeiro detido para negociação é um ativo adquirido com o objetivo principal de ser transacionado no curto prazo. As variações de justo valor entre exercícios são incluídas em resultados no período em que ocorrem.

2.6. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações, mas são sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os ativos que são sujeitos a amortização são revistos anualmente para determinar se estão em imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida nos resultados do exercício pelo excesso do valor contabilístico sobre o seu valor recuperável, que é definido como o mais alto entre o valor líquido de venda (líquido de custos de alienação do ativo) e o seu valor de uso.

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida, e são registados na mesma rubrica da Demonstração Individual dos Resultados e Outro Rendimento Integral.

2.7. Imparidade de ativos financeiros

A Novabase analisa a cada data de relato se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

(1) Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida em resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados, exceto se, em períodos subsequentes, o montante de perdas por imparidade decrescer por causa de eventos ocorridos após a data de registo da perda por imparidade.

(2) Clientes, devedores e outros ativos financeiros

No caso de outros ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor do ativo financeiro) registadas por contrapartida de resultados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) análise de incumprimento;
- (ii) incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro do ativo original, e o valor do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício, na rubrica 'Outros ganhos e perdas líquidos'. O valor destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável, é abatido por utilização da mesma conta. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados na rubrica de 'Outros ganhos e perdas líquidos'.

No caso de saldos a receber de empresas subsidiárias da Novabase S.G.P.S. que apresentam capitais próprios negativos, a Empresa regista um ajustamento para fazer face ao risco de imparidade destes ativos de forma a reduzir o valor destes ativos pelo valor negativo dos capitais próprios da subsidiária, considerando-se que este é o risco máximo, desde que a empresa não tenha assumido outras responsabilidades.

2.8. Caixa e equivalentes a caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades de três meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica de empréstimos no passivo corrente.

2.9. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a Novabase S.G.P.S. adquire ações próprias, estas são registadas ao custo de aquisição e o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos acionistas, e apresentado como ações próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

2.10. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, ao seu justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são, subsequentemente, registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos de custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos em resultados durante o período dos empréstimos usando o método do juro efetivo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os custos com juros relativos a empréstimos obtidos são registados na rubrica de custos financeiros em resultados.

2.11. Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento de ativos e passivos numa transação que não uma concentração de atividades empresariais, quando as mesmas não afetam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Benefícios a empregados

Bónus

A Novabase S.G.P.S. reconhece um passivo e um custo por bónus, baseado numa fórmula que considere o resultado distribuível aos empregados depois de certos ajustamentos.

Opções sobre ações

A Empresa tem por prática remunerar os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre ações, liquidado com base em instrumentos de capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um custo em resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelo colaborador. O valor total a registar como custo foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, a Empresa revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original em resultados por contrapartida de capital próprio.

2.13. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) a Novabase S.G.P.S. tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável. Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Quando existirem diversas obrigações semelhantes, a exigibilidade de redução da responsabilidade é determinada considerando a categoria das obrigações no conjunto. A provisão é reconhecida mesmo quando existe uma baixa probabilidade do pagamento relativo a cada um dos itens incluídos na mesma categoria de responsabilidade.

2.14. *Fornecedores e outros credores*

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com o pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos pela Empresa no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

2.15. *Reconhecimento do rédito*

O rédito compreende o justo valor da consideração recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

(a) Prestação de serviços

Os proveitos são reconhecidos na data da prestação dos serviços e compreende débitos de serviços de gestão e outros serviços de gestão centralizada desempenhados pela Novabase enquanto sociedade que gere atividades administrativas transversais ao Grupo Novabase.

(b) Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Se um devedor estiver sujeito a imparidade, a Novabase S.G.P.S. reduz o valor ao seu valor recuperável (cash-flow futuro estimado, descontado à taxa efetiva original do instrumento), e contabiliza o desconto como ganho financeiro.

(c) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos na rubrica de 'Outros ganhos e perdas líquidos' quando existe o direito de os receber.

2.16. *Locações*

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados.

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens dos ativos fixos tangíveis são registados em contas de ativos fixos sempre que a Novabase S.G.P.S. assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do ativo fixo tangível e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo (corrente e não corrente). O elemento de juro do custo financeiro é registado em resultados durante o período da locação para produzir uma taxa de juro periódica constante no saldo remanescente do passivo para cada período.

2.17. *Distribuição de dividendos*

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

2.18. *Comparativos*

As demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de dezembro de 2015, excepto quanto ao referido no início desta nota, são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com o período findo em 31 de dezembro de 2014, não tendo ocorrido alterações de políticas contabilísticas, face às utilizadas para efeitos de preparação da informação financeira do exercício anterior, apresentada para efeitos de comparativos.

3. Política de gestão do risco financeiro

A Novabase S.G.P.S. encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, nomeadamente, o Risco de fluxos de caixa e de justo valor, o Risco de crédito, o Risco de liquidez e o Risco de capital.

A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada continuamente em consonância com a política de gestão de riscos da Novabase S.G.P.S., de forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira.

a) *Risco de fluxos de caixa e de justo valor*

A exposição ao risco de taxa de juro da Novabase S.G.P.S. advém de aplicações em instituições financeiras e em obrigações, e empréstimos. As aplicações em instituições financeiras e em obrigações são de curto prazo. Os empréstimos obtidos a taxas variáveis expõem a Novabase S.G.P.S. a risco de fluxos de caixa decorrente de variações na taxa de juro. Empréstimos obtidos a taxas fixas expõem a Novabase a risco de justo valor decorrente de variações na taxa de juro. Durante 2015 e 2014, os empréstimos obtidos pela Novabase estavam denominados em Euros.

A Novabase S.G.P.S. utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata de 0,5% (50 basis points) em taxas de juro de mercado, das taxas aplicadas a 31 de dezembro de 2015 para cada classe de instrumento financeiro com todas as outras variáveis constantes. Esta análise tem apenas fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- (i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- (ii) Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- (iii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- (iv) Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, resultaria respetivamente, numa diminuição ou aumento dos lucros antes de impostos de aproximadamente 25m€, em 2015, e numa diminuição ou aumento, respetivamente, de cerca de 6m€, em 2014.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito advém de caixa e equivalentes de caixa e exposições de crédito a clientes e entidades relacionadas, incluindo valores a receber e transações já acordadas.

Em 31 de dezembro de 2015, 100% do saldo de clientes e outras contas a receber são com entidades relacionadas (2014: 100%) - ver nota 9.

De seguida, analisam-se os ratings atribuídos pela Moody's Investors Services às instituições financeiras com as quais a Novabase S.G.P.S. tem o maior saldo a 31 de dezembro de 2015.

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Ba3	6.902	4.005
B1	1.479	49
B2	267	81
	<u>8.648</u>	<u>4.135</u>

c) *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes, da existência de fontes de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições de mercado.

A Gestão monitoriza previsões atualizadas da reserva de liquidez da Empresa (linhas de crédito não utilizadas e caixa e equivalentes de caixa) na base dos fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e data esperada dos inflows dos ativos financeiros. Adicionalmente, é efetuado um controlo regular sobre a concentração da maturidade dos empréstimos e obrigações da Novabase S.G.P.S. (ver notas 13 e 14).

De seguida, detalham-se os plafonds dos empréstimos:

	<u>Euro</u>
Novo Banco	7.000
Banco BPI (BPI)	13.000
Banco Santander Totta (Santander)	4.000
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	5.000
Banco Popular (Popular)	3.000
Banco BIC (BIC)	3.000
	<u>35.000</u>

d) Risco de capital

Os objetivos da Novabase S.G.P.S. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira individual, são:

- (i) Salvar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes stakeholders;
- (ii) Manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento do seu negócio;
- (iii) Manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

A Gestão monitoriza o rácio Return on Capital (ROC), que a Empresa define como 'Resultados Operacionais' dividido pelos 'Total do Capital Próprio', que mede até que ponto a empresa gera cash flows relativamente ao capital que investiu no seu negócio.

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Resultados Operacionais	17.574	3.113
Capital Próprio	<u>90.285</u>	<u>74.710</u> (*)
Return on Capital	19,5 %	4,2 %

(*) Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2

A Novabase S.G.P.S. tem como objetivo manter o ROC superior ao custo de capital (medido pelo WACC - weighted average cost of capital), o que permite à Empresa criar valor. O WACC da Novabase, situou-se em torno dos 9,3% (2014: 10,6%). Em 2015, o objetivo foi alcançado.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos mais relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e que adote pressupostos que afetam os ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data de relato das demonstrações financeiras, bem como os valores reportados do réditio e das despesas incorridos durante o período de relato, consequentemente os resultados atuais podem vir a ser diferentes dos estimados. As estimativas e julgamentos são avaliados de forma contínua e têm por base a experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se consideram serem razoáveis face às circunstâncias existentes.

Apresenta-se a seguir as estimativas e julgamentos mais relevantes utilizados na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos podem resultar numa alteração do justo valor reportado.

b) Impostos sobre o rendimento e Imposto diferido

A Novabase S.G.P.S. efetua transações para as quais o impacto fiscal não é certo. Os ativos e passivos por impostos diferidos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Quando o impacto fiscal é diferente dos montantes inicialmente registados, estas diferenças terão impacto no gasto de imposto sobre o rendimento e no imposto diferido, no período em que este cálculo é efetuado.

c) Imparidade de ativos financeiros

A Novabase S.G.P.S. avalia se existem evidências de imparidade nos investimentos em subsidiárias e ativos financeiros, tendo em conta fatores externos e internos, de forma a proceder ao respetivo teste. Os pressupostos utilizados nos testes de imparidade são definidos com base em informações do mercado e na melhor avaliação efetuada pela Gestão com base na sua experiência.

d) Bónus

A remuneração variável dos elementos do Conselho de Administração é determinada pela Comissão de Vencimentos com base na avaliação efetuada à performance do ano anterior. Desta forma, a estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de 'Fornecedores e outras contas a pagar', é preparada com base na melhor estimativa da Gestão face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte, após deliberação da Comissão de Vencimentos. Mais informação acerca da remuneração dos Administradores pode ser encontrada no ponto relativo à Remuneração, incluído no Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado.

5. Ativos fixos tangíveis

	31.12.15			31.12.14		
	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edifícios e outras construções	306	162	144	306	156	150
	<u>306</u>	<u>162</u>	<u>144</u>	<u>306</u>	<u>156</u>	<u>150</u>

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2014, em base individual, são analisados como segue:

	Saldo em 01.01.14	Aquisições / dotações	Abates	Saldo em 31.12.14
<i>Custo:</i>				
Edifícios e outras construções	306	-	-	306
	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>306</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>				
Edifícios e outras construções	150	6	-	156
	<u>150</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>156</u>

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015, em base individual, são analisados como segue:

	Saldo em 01.01.15	Aquisições / dotações	Abates	Saldo em 31.12.15
<i>Custo:</i>				
Edifícios e outras construções	306	-	-	306
	<u>306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>306</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>				
Edifícios e outras construções	156	6	-	162
	<u>156</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>162</u>

As dotações de depreciações foram incluídas em 'Depreciações' em resultados do exercício (nota 19).

6. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos investimentos financeiros da Novabase S.G.P.S. era o seguinte:

Empresa	Principal local de negócios	% participação		Custo de aquisição	
		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Subsidiárias:					
Novabase Serviços, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	250	250
(*) Novabase Consulting SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	13.993
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	11.813	11.813
TVLab, S.A.	Portugal	70,0%	70,0%	259	259
(**) Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	3.299
(*) Novabase Infraestruturas, SGPS, S.A.	Portugal	-	12,7%	-	1.586
Nbase International Investments B.V.	Holanda	100,0%	100,0%	1.058	1.058
Novabase Capital SGCR, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	4.704	4.704
NBASIT-Sist. de Inf. e Telec., S.A.	Angola	49,4%	49,4%	172	172
NBASE SGPS	Portugal	100,0%	-	50	-
Outros investimentos:					
ITExample, ACE	Portugal	5,7%	4,4%	38	30
Outros				28	31
				<u>18.372</u>	<u>37.195</u>
Ajustamentos por imparidade de investimentos financeiros				<u>(469)</u>	<u>(259)</u>
				<u>17.903</u>	<u>36.936</u>

(*) A NB Consulting SGPS e a NB IIS SGPS foram alienadas à Nbase SGPS (ver notas 18 e 25, alínea iv)).

(**) A Octal foi alienada à NB Consulting SGPS (ver notas 18 e 25, alínea iv)).

Os movimentos de ajustamentos por imparidade de investimentos financeiros são analisados como segue:

	31.12.15	31.12.14
Saldo em 1 de janeiro	259	259
Imparidade (nota 18)	210	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>469</u>	<u>259</u>

No ano de 2015, a Novabase S.G.P.S. reconheceu uma perda por imparidade relativa à NBASIT - Sistemas de Informação e Telecomunicações, S.A.. e ao ACE ITExample.

Existem dividendos recebidos de subsidiárias e empréstimos a subsidiárias, conforme se detalha na nota 25, alíneas i) e v), respetivamente.

7. Ativos e passivos por impostos diferidos

A decomposição dos ativos e passivos por impostos diferidos por prazo de recuperabilidade é analisada como segue:

	31.12.15	31.12.14
Ativos por impostos diferidos		
Recuperável dentro de 12 meses	-	-
Recuperável após 12 meses	14	-
	<u>14</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos diferidos		
Absorvido dentro de 12 meses	-	-
Absorvido após 12 meses	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Saldo em 1 de janeiro	-	10
Efeito registado em resultados (ver nota 22)	14	(10)
Saldo em 31 de dezembro	<u>14</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Saldo em 1 de janeiro	-	100
Efeito registado em resultados (ver nota 22)	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento nos ativos por impostos diferidos no exercício é o seguinte:

	Prejuízos Fiscais	Ajustamentos	Total
Em 1 de janeiro de 2014	-	10	10
Dotações Resultado Líquido	-	(10)	(10)
Em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Dotações Resultado Líquido	-	14	14
Em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>14</u>

8. Instrumentos financeiros por categoria

	Crédito e valores a receber	Ativos/ passivos ao justo valor por via Result.	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Ativos					
Empréstimos a empresas subsidiárias	28.374	-	-	-	28.374
Clientes e outras contas a receber	26.709	-	-	-	26.709
Outros ativos correntes	-	-	-	29	29
Caixa e equivalentes a caixa	4.270	-	-	-	4.270
	<u>59.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>59.382</u>
Passivos					
Empréstimos	-	-	7.996	-	7.996
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	11.525	1.128	12.653
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	-	-	1	-	1
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.522</u>	<u>1.128</u>	<u>20.650</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Ativos					
Empréstimos a empresas subsidiárias	25.082	-	-	-	25.082
Clientes e outras contas a receber	66.446	-	-	-	66.446
Outros ativos correntes	-	-	-	14	14
Caixa e equivalentes a caixa	9.036	-	-	-	9.036
	<u>100.564</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>100.578</u>
Passivos					
Empréstimos	-	-	17.658	-	17.658
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	8.166	805	8.971
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	-	-	84	-	84
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.908</u>	<u>805</u>	<u>26.713</u>

9. Clientes e outras contas a receber

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Clientes conta corrente		
- Partes relacionadas - nota 25, alínea ii)	500	4.915
- Outros	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	303	303
Ajustamento por imparidade de clientes	(303)	(303)
	<u>500</u>	<u>4.915</u>
Partes relacionadas - nota 25, alínea iii)	29.004	21.656
Alienação de participações financeiras - nota 25, alínea iv)	36.926	67
Outros saldos a receber	83	107
Ajustamento por imparidade de outros devedores - nota 25, alínea iv)	(67)	(36)
	<u>65.946</u>	<u>21.794</u>
	<u>66.446</u>	<u>26.709</u>

A Novabase S.G.P.S. reconheceu no período, na rubrica de 'Outros ganhos e perdas líquidos' (nota 18), uma perda líquida por imparidade de clientes e outros devedores no montante de 31m€ (2014: 52m€ de ganho).

O valor contabilístico desta rubrica representa a exposição máxima ao risco de crédito.

A antiguidade dos saldos de clientes é analisada como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldos não vencidos	500	4.891
Saldos devedores sem imparidade		
Vencidos há menos de 6 meses	-	1
Vencidos há mais de 6 meses	-	23
Saldos devedores vencidos e sem imparidade	<u>-</u>	<u>24</u>
Saldos devedores com imparidade		
Vencidos há mais de 6 meses	303	303
Saldos devedores vencidos e com imparidade	<u>303</u>	<u>303</u>
	<u>803</u>	<u>5.218</u>

Os movimentos de ajustamentos para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	<u>Clientes</u>		<u>O. Devedores</u>		<u>Total</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	303	303	36	88	339	391
Imparidade (nota 18)	-	-	67	-	67	-
Reversão de imparidade (nota 18)	-	-	(36)	(52)	(36)	(52)
Saldo em 31 de dezembro	<u>303</u>	<u>303</u>	<u>67</u>	<u>36</u>	<u>370</u>	<u>339</u>

10. Caixa e equivalentes a caixa

Com referência à demonstração dos fluxos de caixa, para efeitos de determinação e discriminação dos **Componentes de Caixa e seus equivalentes**, esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
- Depósitos bancários a curto prazo	9.036	4.270
Caixa e equivalentes a caixa	9.036	4.270
- 'Overdrafts'	-	-
	<u>9.036</u>	<u>4.270</u>

O justo valor desta rubrica não tem diferença relevante para o seu valor contabilístico.

O valor contabilístico desta rubrica representa a exposição máxima ao risco de crédito.

11. Capital Social, prémios de emissão, ações próprias e opções sobre ações

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de 15.700.697 Euros, representado por 31.401.394 ações de valor nominal de 0,5 Euros cada uma, e encontra-se integralmente realizado.

	Número de Ações (milhares)	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Total
Em 1 de janeiro de 2014	31.401	15.701	(295)	43.560	58.966
Aquisição de ações próprias	-	-	(50)	-	(50)
Cedência de ações próprias	-	-	316	-	316
Em 31 de dezembro de 2014	31.401	15.701	(29)	43.560	59.232
Aquisição de ações próprias	-	-	(165)	-	(165)
Cedência de ações próprias	-	-	188	-	188
Em 31 de dezembro de 2015	31.401	15.701	(6)	43.560	59.255

A rubrica 'Ações próprias' reflete o número de ações detidas em carteira pelo Empresa ao valor nominal.

Em conformidade com a legislação em vigor, por deliberação em Assembleia Geral de 12 de abril de 2007, a aquisição de ações próprias por parte da Novabase S.G.P.S. é permitida até ao limite máximo de 10% do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2014, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 57.006 ações próprias, representativas de 0,18% do seu capital social.

Durante o ano de 2015, a Empresa adquiriu em bolsa 330.000 ações próprias a um preço líquido médio de 2,36 Euros e cedeu 375.049 ações próprias a um preço líquido médio de 2,39 Euros, sendo que 46.968 ações próprias foram utilizadas como prémios a colaboradores e 328.081 ações próprias na liquidação das opções exercidas no âmbito do Plano de Opções de Atribuição de Ações em vigor.

Em 31 de dezembro de 2015, a Novabase S.G.P.S. detinha em carteira 11.957 ações próprias, representativas de cerca de 0,04% do seu capital social.

Os prémios de emissão de ações resultaram de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de ações próprias.

Opções sobre ações

Em 2015, terminou o plano de Opções de Atribuição de Ações (Plano 2012-2014), aprovado na Assembleia Geral de acionistas de 3 de maio de 2012, o qual abrangia apenas os administradores da Novabase S.G.P.S..

Este plano de Opções de Atribuição de Ações previa a atribuição de opções de ações ordinárias da Novabase como prémio de desempenho dos participantes.

As opções atribuídas tinham como única condição de aquisição, a permanência do colaborador nas datas definidas nos termos do plano, e caducavam automaticamente sempre que o colaborador deixasse de estar ao serviço de qualquer das empresas dos Grupo.

A liquidação das opções exercidas processava-se, nos termos previstos no plano, através da atribuição de ações da Novabase ('net share settlement') detidas em carteira própria.

Os movimentos no número de opções sobre ações vivas são os seguintes:

	31.12.15		31.12.14	
	Preço médio de exercício por ação	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação	Opções (milhares)
Saldo em 1 de janeiro		745		1.709
Exercido	2,401	(745)	3,858	(964)
Saldo em 31 de dezembro		-		745

Na Demonstração Individual dos Resultados e Outro Rendimento Integral, na rubrica de 'Gastos com o pessoal', foi registado em 2015 um custo de 16m€ (2014: 106m€) - ver nota 17.

12. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Novabase S.G.P.S. é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos e para incorporação no capital social.

Em 2015, foram distribuídos dividendos aos acionistas da Novabase S.G.P.S. correspondentes a 0,03 Euros por ação. O valor global pago correspondeu a 936m€ enquanto que o valor relativo às ações próprias que não foi entregue ascendeu a 6m€, tendo sido transferido para resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante total de 'Reservas e resultados acumulados' ascende a 13.869m€. Deste montante, não poderão ser distribuídos: (i) 3.140m€ correspondentes à reserva legal e (ii) 6m€ correspondentes à reserva para ações próprias.

Atendendo a que a Demonstração da Posição Financeira Individual, reportada à data de 31 de dezembro de 2015, apresenta reservas legais no montante igual ao mínimo legalmente exigível, não se torna obrigatória a afetação de 5% do resultado líquido do exercício como reforço da reserva legal.

Desta forma, o valor distribuível aos acionistas é de 27.885.596,86 Euros, dos quais 17.160.948,24 Euros são provenientes do resultado líquido de 2015, e 10.724.648,62 Euros são relativos às reservas e resultados acumulados distribuíveis (para informação sobre distribuição de dividendos em 2015, ver nota 23).

13. Empréstimos

	31.12.15	31.12.14
Não correntes		
Dívidas a instituições de crédito	14.243	5.078
	14.243	5.078
Correntes		
Dívidas a instituições de crédito	3.415	2.918
	3.415	2.918
Total dos empréstimos	17.658	7.996

Os períodos em que as dívidas a instituições financeiras correntes serão reembolsadas são os seguintes:

	31.12.15	31.12.14
6 meses ou menos	1.455	1.457
6 a 12 meses	1.960	1.461
	3.415	2.918

A maturidade das dívidas a instituições financeiras não correntes é como segue:

	31.12.15	31.12.14
De 1 a 2 anos	3.935	2.837
De 2 a 5 anos	8.808	2.241
Mais de 5 anos	1.500	-
	14.243	5.078

As taxas de juro efetivas à data de relato eram as seguintes:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Dívidas a instituições de crédito	2,628%	5,374%

Os empréstimos da Empresa têm os seguintes tipos de covenants:

Covenants

- Autonomia financeira $\geq 40\%$; Dívida líquida / EBITDA ≤ 3
- Autonomia financeira $\geq 35\%$; Dívida líquida / EBITDA $\leq 2,5$; Dívida líquida / Capitais Próprios $\leq 0,5$
- Capitais Próprios / Total Ativo $\geq 40\%$; Dívida financeira líquida / EBITDA < 2 ; Dívida financeira líquida / Capitais Próprios $< 0,5$; EBIT / Juros pagos > 3
- Dívida líquida / EBITDA ≤ 2
- Graduação pari passu das obrigações
- Cross Default
- Situação tributária e contributiva em dia
- Prestação de contas
- Deveres de Informação de Litigância
- Seguros em vigor

14. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Fornecedores		
- Partes relacionadas - nota 25, alínea ii)	4	8
- Outros	11	81
Acréscimos de custos		
- Pessoal	2.442	1.509
- Outros acréscimos de custos	129	83
Estado e outros entes públicos	795	1.113
Adiantamentos de clientes	2	2
Colaboradores	10	15
Partes relacionadas - nota 25, alínea iii)	5.578	9.842
	<u>8.971</u>	<u>12.653</u>

O justo valor desta rubrica não tem diferença relevante para o seu valor contabilístico.

A maturidade destas dívidas é a seguinte:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Até 1 ano	<u>8.971</u>	<u>12.653</u>
	<u>8.971</u>	<u>12.653</u>

15. Provisões

Os movimentos das **Provisões** são analisados como segue:

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Saldo em 1 de janeiro	141	-
Reexpresso de acordo com a IAS 8 - ver nota 2	-	141
Registadas em resultados		
Dotação do exercício (outros riscos prováveis)	1.509	-
Reversão no exercício	(31)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.619</u>	<u>141</u>

16. Fornecimentos e serviços externos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Água, eletricidade e combustíveis	15	26
Rendas e alugueres	55	149
Seguros	54	44
Transportes, deslocações e estadias e despesas de representação	245	374
Trabalhos especializados	236	214
Outros fornecimentos e serviços	63	56
	<u>668</u>	<u>863</u>

17. Gastos com o pessoal

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Remuneração dos órgãos sociais	2.674	2.433
Encargos sobre remunerações	214	439
Stock options atribuídas (nota 11)	16	106
Outros custos com o pessoal	56	72
	<u>2.960</u>	<u>3.050</u>

O número médio de colaboradores foi de 13 (2014: 18).

18. Outros ganhos e perdas líquidos

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Dividendos recebidos (nota 25, alínea i))	4.106	210
(*) Ganhos na alienação de investimentos financeiros	16.486	-
(*) Perdas na alienação de participações financeiras	(1.587)	-
Imparidade e reversão de imparidade de clientes e outros devedores (nota 9)	(31)	52
Imparidade e reversão de imparidade de investimentos financeiros (nota 6)	(210)	-
Imparidade e reversão de imparidade de empréstimos (nota 25, alínea v))	(212)	(556)
Outros ganhos e perdas operacionais	(1.252)	683
	<u>17.300</u>	<u>389</u>

(*) Em 2015, a Octal foi alienada pela Novabase SGPS à NB Consulting SGPS, tendo-se gerado um ganho de 5.842 m€. Adicionalmente, a NB Consulting SGPS e a NB IIS SGPS foram alienadas pela Novabase SGPS à Nbase SGPS, tendo-se gerado um ganho 10.644 m€ e uma perda de 1.587 m€, respetivamente. (ver notas 6 e 25, alínea iv))

19. Depreciações

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
<i>Ativos fixos tangíveis (nota 5):</i>		
Edifícios e outras construções	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>

20. Proveitos financeiros

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Juros obtidos	60	48
Outros ganhos financeiros	-	88
	<u>60</u>	<u>136</u>

21. Custos financeiros

	31.12.15	31.12.14
Juros suportados	(519)	(571)
Despesas com garantias bancárias	-	(15)
Serviços e comissões bancárias	(109)	(13)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(12)	-
Outras perdas financeiras	-	(13)
	<u>(640)</u>	<u>(612)</u>

22. Imposto sobre o rendimento

A Novabase e as suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC à taxa normal de 21%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, à taxa normal de IRC acresce a Derrama Estadual à taxa de 3% sobre os lucros tributáveis que excedam 1.500m€ e até 7.500m€, à taxa de 5% sobre os lucros tributáveis que excedam 7.500m€ e até 35.000m€, e à taxa de 7% para a parte dos lucros tributáveis acima dos 35.000m€.

A Novabase é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), desde 1 de janeiro de 2009, sendo o Grupo de tributação constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem com as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

	31.12.15	31.12.14
Impostos correntes	(153)	268
Impostos diferidos relativos às diferenças temporárias (nota 7)	(14)	(90)
	<u>(167)</u>	<u>178</u>

O imposto sobre o rendimento do exercício difere do valor teórico usando a taxa média de impostos devido ao seguinte:

	31.12.15	31.12.14
Resultado antes de impostos	16.994	2.637
Imposto à taxa nominal (23% em 2014, 21% em 2015)	3.569	607
Reconhecimento de imposto relativo a eventos de exercícios anteriores	-	(102)
Resultados não tributados	(3.129)	-
Dividendos	(862)	(48)
Variações patrimoniais negativas	(195)	(507)
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	427	128
Despesas não aceites para efeitos fiscais	9	(1)
Reduções de provisões	(14)	(12)
Tributação autónoma	28	73
Derrama	-	12
Imparidade do Pagamento Especial por Conta	-	28
Imposto sobre o rendimento	<u>(167)</u>	<u>178</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>-1,0%</u>	<u>6,8%</u>

23. Dividendos por ação

Os montantes distribuídos em 2015 e 2014 ascenderam a 942m€ (0,03 Euros por ação) e 6.280m€ (0,20 Euros por ação), respetivamente. Estes montantes diferem dos relevados na demonstração dos fluxos de caixa individuais devido à remuneração das ações próprias em carteira, que ficou na Novabase. Relativamente ao exercício de 2015, o Conselho de Administração irá propor, na Assembleia Geral Anual de 2016, o pagamento de 0,12 Euros por ação, ou seja, um total de 3.768m€. Estas demonstrações financeiras não refletem o dividendo a pagar.

24. Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são analisados como segue:

	Banco	31.12.15	31.12.14
Novabase E.A., S.A.	Novo Banco	-	17
Novabase Business Solutions, S.A.	BPI	48	411
Novabase Business Solutions, S.A.	Novo Banco	790	1.602
Novabase Business Solutions, S.A.	BCP	5.599	1.483
Novabase Business Solutions, S.A.	BAR	534	-
Novabase Serviços, S.A.	Novo Banco	484	390
CelFocus, S.A.	Novo Banco	-	112
CelFocus, S.A.	BAR	500	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	Novo Banco	-	4
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	Novo Banco	154	154
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	Novo Banco	1.353	5.188
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BCP	556	122
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BPI	-	150
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BTA	830	525
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	BAR	-	31
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	BCP	21	257
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	Novo Banco	-	11
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	Novo Banco	46	35
NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	BFA	461	403
NBMSIT, Sist. de Inf. e Tecnol., S.A.	BIM	6	-
Binómio, Lda.	Novo Banco	-	5
		<u>11.382</u>	<u>10.900</u>

No ano de 2015, a Empresa tinha a seguinte linha de crédito grupada contratada:

Grupo de empresas	Plafond
Novabase IMS; Novabase Digital TV	2,5 M USD

25. Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras, são consideradas como partes relacionadas todas as subsidiárias e associadas do Grupo Novabase (as quais são apresentadas na nota 6 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas), acionistas com influência na gestão do Grupo e elementos-chave na gestão do Grupo.

A remuneração / benefícios dos órgãos sociais são divulgados no Relatório sobre o Governo da Sociedade.

i) As transações realizadas com partes relacionadas são detalhadas como segue:

Parte relacionada	Rendimentos				Gastos	
	Prestação de serviços		Proveitos suplementares		Compras	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Novabase Capital SGCR, S.A.	125	43	-	-	-	3
NBO Recursos em TI, S.A.	452	77	-	-	-	-
Novabase Serviços, S.A.	1.097	1.424	41	27	62	173
Novabase Business Solutions, S.A.	1.284	4.359	68	327	5	1
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	-	147	-	-	-	-
TVLab, S.A.	(80)	80	-	-	-	-
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	577	276	11	74	2	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	1	7	-	-	-	-
CelFocus, S.A.	165	188	103	258	-	1
Novabase E.A., S.A.	1	16	1	-	-	-
Novabase Solutions Middle East FZ-LLC	-	2	-	-	-	-
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	92	20	-	-	-	-
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	-	-	10	-	-	-
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	82	-	3	-	-	-
NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	21	4	-	-	-	2
NBMSIT, Sist. de Inf. e Tecnol., S.A.	53	-	1	-	-	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	38	-	-	-	-	-
	<u>3.908</u>	<u>6.643</u>	<u>238</u>	<u>686</u>	<u>69</u>	<u>180</u>

Parte relacionada	Rendimentos			
	Dividendos (nota 18)		Juros	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
(*) Novabase Consulting SGPS, S.A.	-	210	-	-
(**) NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	403	-	-	-
Nbase International Investments B.V.	3.703	-	-	-
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	-	-	56	3
	<u>4.106</u>	<u>210</u>	<u>56</u>	<u>3</u>

(*) O dividendo de 2014 da Novabase Consulting SGPS, S.A. foi recebido em 2015.

(**) O dividendo de 2015 da NBASIT ainda não foi recebido.

ii) Os saldos líquidos de clientes e fornecedores com partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	Clientes (nota 9)		Fornecedores (nota 14)	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
NBO Recursos em TI, S.A.	46	22	-	-
Novabase Business Solutions, S.A.	131	4.501	-	-
Novabase E.A., S.A.	-	10	-	-
CelFocus, S.A.	17	47	-	-
Novabase Serviços, S.A.	80	146	4	7
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	59	112	-	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	-	9	-	-
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	-	(64)	-	-
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	150	3	-	-
Nbase International Investments B.V.	-	23	-	-
Novabase Capital SGCR, S.A.	13	5	-	-
TVLab, S.A.	-	99	-	-
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	4	-	-	-
Novabase Solutions Middle East FZ-LLC	-	2	-	-
NBMSIT, Sist. de Inf. e Tecnol., S.A.	-	-	-	1
	<u>500</u>	<u>4.915</u>	<u>4</u>	<u>8</u>

iii) Os saldos líquidos de outros devedores e outros credores com partes relacionadas podem ser apresentados como segue:

Parte relacionada	O. Devedores (nota 9)		O. Credores (nota 14)	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Novabase Consulting SGPS, S.A.	2.904	3.768	-	-
NBO Recursos em TI, S.A.	1.782	-	-	2.754
Novabase Business Solutions, S.A.	10.351	5.608	-	-
Novabase E.A., S.A.	2.382	-	-	2.062
COLLAB – Sol. I. Com. e Colab., S.A.	-	-	1.371	823
Novabase Serviços, S.A.	-	-	1.954	1.220
Novabase IMS Infr. & Manag. Services, S.A.	7.038	7.687	-	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	-	-	416	904
Novabase Digital TV E.S. Tel. Inter., S.A.	1.375	1.695	-	-
NBASIT-Sist. de Inf. e Telecomunic., S.A.	403	-	-	-
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	-	-	464	48
Novabase Capital SGCR, S.A.	2.769	2.795	-	-
TVLab, S.A.	-	-	733	1.619
Globaleda - Tel. e Sist. Informação, S.A.	-	103	-	-
Novabase Infraestruturas, SGPS, S.A.	-	-	2	6
NBASE SGPS	-	-	40	-
Evolvespace Solutions, Lda.	-	-	108	51
Binómio, Lda.	-	-	490	355
	<u>29.004</u>	<u>21.656</u>	<u>5.578</u>	<u>9.842</u>

iv) Os saldos relativos à alienação de participações financeiras a partes relacionadas podem ser apresentados como segue (ver notas 6 e 18):

Parte relacionada	Não corrente		Corrente (nota 9)	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Novabase Consulting SGPS, S.A.	-	-	24.638	-
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	-	-	12.221	-
PT Comunicações (Superemprego)	-	-	67	67
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.926</u>	<u>67</u>
Ajustamento por imparidade de outros devedores	-	-	(67)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.859</u>	<u>67</u>

Em 2015, a perda de imparidade no valor de 67m€ diz respeito à Superemprego.

v) Os saldos de empréstimos a partes relacionadas detalham-se como segue:

	31.12.15	31.12.14
Novabase Interactive TV SGPS, S.A.	10.000	10.000
Novabase Serviços, S.A.	5.000	5.000
Novabase Capital SGCR, S.A.	2.500	2.500
Octal - Engenharia de Sistemas, S.A.	-	3.080
(*) TVLab, S.A.	9.968	2.525
Nbase International Investments B.V.	5.126	5.126
Novabase Sistemas de Informacion, S.A.	1.150	1.150
	<u>33.744</u>	<u>29.381</u>
(*) Ajustamento por imparidade de empréstimos (nota 18)	(8.662)	(1.007)
	<u>25.082</u>	<u>28.374</u>

(*) Estão incluídos 7.443m€ relativos à cedência de créditos da TV Lab.

Estes empréstimos revestem a forma legal de prestações suplementares.

26. Contingências

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa era interveniente no seguinte processo:

A NB SGPS foi citada num processos de execução fiscal pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social referente a alegada falta de pagamento de contribuições no valor de 26m€, respeitante a alguns meses de 2015. Foi apresentada oposição invocando o cumprimento dos deveres de apresentação das folhas de remuneração e do respectivo pagamento integral de todos os valores devidos. Os processos aguardam análise e decisão do IGFSS.

27. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

Tendo em consideração o previsto nos termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- (i) Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas na demonstração da posição financeira ou descritas nas suas notas;
- (ii) O total das remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas, no ano de 2015, foi de 36.600 Euros (2014: 48.249 Euros), correspondendo na totalidade aos serviços de revisão legal de contas;
- (iii) A nota 25 deste anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

28. Eventos subsequentes ao fim do exercício

O Conselho de Administração divulgou a sua intenção de propor à Assembleia Geral anual de 2016, a distribuição de 3.768m€ aos acionistas. Este pagamento, que corresponde a um montante equivalente a 50,7% do resultado líquido consolidado, representa um dividendo de 12 cêntimos de Euro por ação.

II. RELATÓRIOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E DO AUDITOR REGISTADO NA CMVM

(Página intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas da
Novabase, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença do responsável da área financeira. O Conselho Fiscal manteve igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo mantendo-se informado da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. A fiscalização das políticas, critérios e práticas contabilísticas da sociedade e fiabilidade da informação da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise e discussão dos relatórios elaborados pelo Auditor Externo.

Comunicação de Irregularidades

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal, não rececionou, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações sobre irregularidades.

Transações com Partes Relacionadas

A sociedade reporta habitualmente no seu relatório e contas, a informação sobre transações com partes relacionadas.

Durante o exercício de 2015 não foram sujeitas à apreciação do Conselho Fiscal quaisquer transações desta natureza.

Independência do Auditor Externo

No âmbito de verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo o Conselho Fiscal tem em vigor uma política de contratação de serviços não relacionados com a atividade de auditoria, em linha com a recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2013. Adicionalmente, verificou o cumprimento efetivo das regras em causa durante o exercício de 2015.

Sistema interno de gestão de risco

O Conselho Fiscal apreciou as políticas de identificação e gestão de risco adotadas pela Sociedade e acompanhou a sua aplicação.



Agradecimento

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

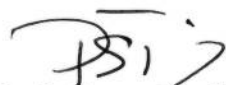
Parecer sobre as Contas Individuais

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras individuais em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados individuais da Novabase, S.G.P.S., S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta. O relatório sobre o Governo da Sociedade cumpre o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Em consequência do acima referido, e da informação recebida do Conselho de Administração e dos serviços da Empresa, bem como das conclusões constantes na Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

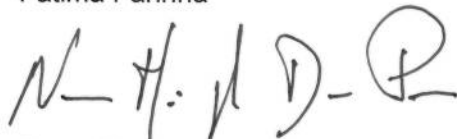
Lisboa, 5 de abril de 2016



Paulo Soares de Pinho
(Presidente)



Fátima Farinha



Nuno Pires



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 da **Novabase, SGPS, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 118.639 milhares de euros e um total de capital próprio de 90.285 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 17.161 milhares de euros, as Demonstrações dos resultados e outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários (“CVM”);
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Novabase SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do CVM.

Lisboa, 5 de Abril de 2016



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC n.º 1427)

(Página intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

NOVABASE S.G.P.S., S.A.

(Página intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, na qualidade de membros do Conselho de Administração da Novabase S.G.P.S., S.A., abaixo identificados declaram que:

(i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Novabase S.G.P.S., S.A. e das demais empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação; e

(ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Novabase S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se deparam.

Lisboa, 5 de abril de 2016



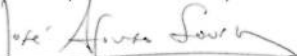
Luís Paulo Cardoso Salvado

Presidente do Conselho de Administração e CEO (Administrador Delegado)



Francisco Paulo Figueiredo Morais Antunes

CFO (Administrador Delegado com o pejourno financeiro)



José Afonso Oom Ferreira de Sousa

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração



Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho

Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração

Declarações dos membros do Conselho Fiscal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Paulo Soares de Pinho, presidente do Conselho Fiscal da Novabase S.G.P.S. S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante dos relatórios de gestão, contas anuais, certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e o relatórios de gestão expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

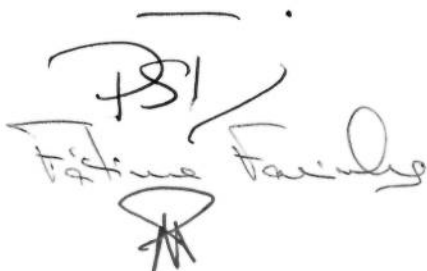
Lisboa, 5 de abril de 2016

Fátima Farinha, vogal do Conselho Fiscal da Novabase S.G.P.S. S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante dos relatórios de gestão, contas anuais, certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e o relatórios de gestão expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 5 de abril de 2016

Nuno Miguel Dias Pires, vogal do Conselho Fiscal da Novabase S.G.P.S. S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante dos relatórios de gestão, contas anuais, certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e o relatórios de gestão expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e, quando aplicável, das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 5 de abril de 2016



Fátima Farinha

(Página intencionalmente deixada em branco)